



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO 2024

Resolução Tribunal de Contas 268/2024



APRESENTAÇÃO

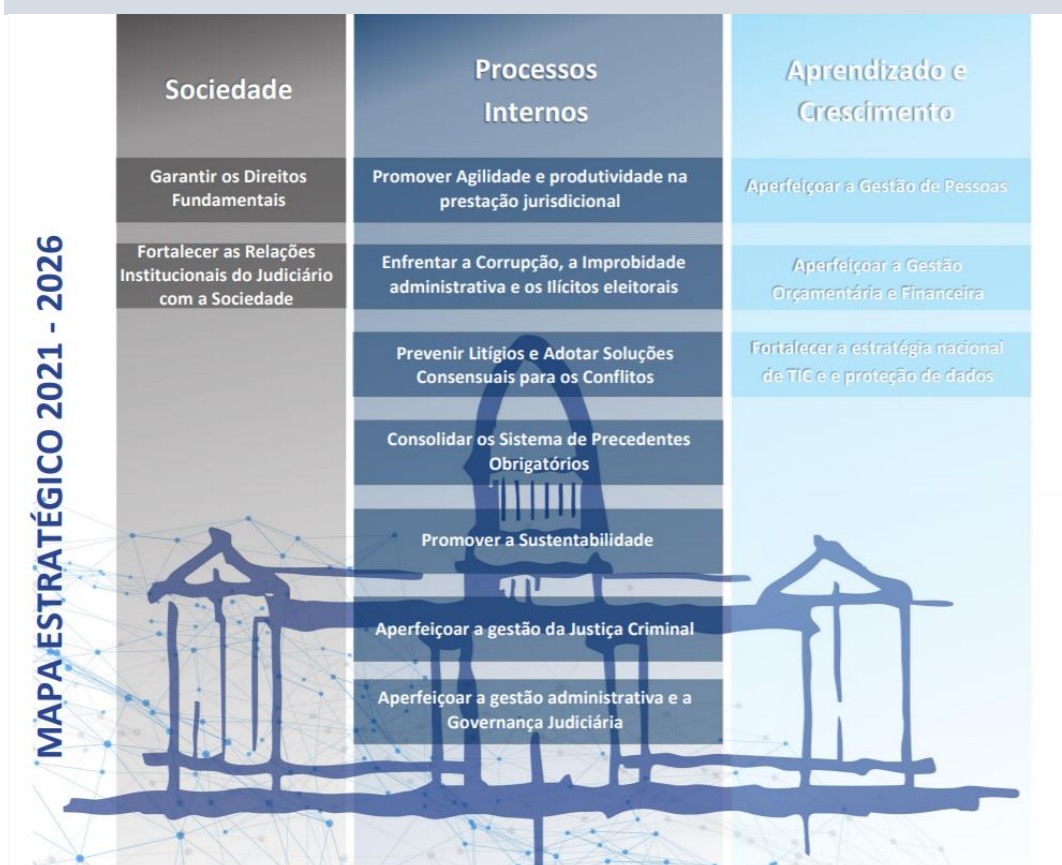
Este documento tem como objetivo apresentar o Relatório de Desempenho da Gestão referente ao ano de 2024, contendo:

- Página 3 – **item a)** Resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XIX da Resolução TC nº 268/2024.
- Página 4 - **item b)** Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário de Pernambuco publicou o Plano Estratégico do TJPE para o período de 2021 a 2026, em set/2021, contemplando um conjunto de objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas em alinhamento com as diretrizes estratégicas e macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de atender aos desafios mencionados.

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026





Item a) Resultados - Físicos e Financeiros - obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA 2024

Programa/Ações/ Subação		Dotação autorizada (R\$)	Despesa liquidada (R\$)	% C/B	Produto	Meta física prevista	Meta física realizada	Comentários	Indicador do programa
1. PROGRAMA - 0577 - EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL									
1.1	Ação: 4428 - Aperfeiçoamento das Atividades da Prestação Jurisdicional / Subação: A585 - Aperfeiçoamento das atividades da prestação jurisdicional dos Juizados Especiais	400.000,00	12.535,00	3,13%	Processo Julgado	130.000	146.678	- Mutirão de Antecipação de Audiências dos juizados - Mutirão Eletrônico de Sentenças dos juizados - Mutirão de revisão de autuação nos processos criminais nos juizados - Juizados Especiais Itinerantes Para Grandes Eventos	Número de Processos Julgados
1.2	Ação: 4428 - Aperfeiçoamento das Atividades da Prestação Jurisdicional / Subação: A586 - Aperfeiçoamento das atividades da prestação jurisdicional do 1º e 2º graus	4.900.000,00	3.356.269,00	68,50%	Processo Julgado	400.000	524.449	- Digitalização do Acervo físico - Instalação da Central Judiciária de Processamento - Remoto do 1º Grau (CENJUD)	Número de Processos Julgados
1.3	Ação: 1959 - Implementação de Iniciativas de Celeridade Processual Subação: 1434 - Implementação de iniciativas de celeridade processual no 1º e 2º Graus e Juizados	8.000.000,00	4.423.979,21	55,30%	Ação Executada	1	1	- Semana de Autoinspeção - AGILPRO - Agilização Processual - Mês estadual do Júri - Mês nacional do Júri - Bastião	Ação Executada



item b) Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão – organizado por objetivo estratégico.

EIXO: SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Garantir os Direitos Fundamentais

Programa Moradia Legal

Descrição:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco desenvolve, desde o ano de 2018, o Programa Moradia Legal Pernambuco (PMLPE, coordenado pela Presidência do TJPE, conjuntamente com a Corregedoria Geral da Justiça, com apoio da Escola Judicial e Coordenadoria das Mulheres). A execução se dá por meio de uma rede articulada com diversas instituições, especialmente com a AMUPE, ANOREG, ARIPE, UFPE, UFRPE, ITERPE, PERPART, CEHAB, INCRA, SPU e MINISTÉRIO DAS CIDADES, assessorando e acompanhando as demandas das equipes das prefeituras municipais, do governo estadual e cartorária, com o fim de construir políticas de regularização fundiária plena para uma governança fundiária.

O Programa Moradia Legal Pernambuco possui três linhas de ações, a saber:

- LINHA 1: Regularização Fundiária Urbana – REURB-S (desjudicialização indireta/preventiva – evitar novas demandas);
- LINHA 2: Desjudicialização (direta - baixa processual);
- LINHA 3: Regularização Fundiária Rural.

Resultados:

- Atende 178 municípios (96,7%) e órgãos do Governo do Estado.
- Até dezembro do ano de 2024, entregou 35.721 mil títulos de propriedade.

TJPE+

Descrição:

Visando a aprimorar a experiência dos usuários do sistema de justiça, o TJPE lançou e ampliou as funcionalidades do aplicativo TJPE+¹, de forma a proporcionar um acesso mais simples e facilitado aos serviços digitais disponibilizados à população.

¹ Download via Apple Store: <https://apps.apple.com/br/app/tjpe/id6466501109>

Download via Google Play Store: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.tjpe.tjpemais&hl=pt_BR



Funcionalidades previstas para o aplicativo até o presente:

- Consulta Processual;
- Consulta Jurisprudência;
- Abertura de Queixa nos Juizados Especiais;
- Melhoria da Queixa incorporando transcrição de áudio;
- Consulta aos contatos das unidades do TJPE;
- Consulta aos contatos da central de serviços de TIC;
- Consulta aos canais de atendimento da ouvidoria;
- Emissão de Certidões Criminais;
- Emissão de Certidões Cíveis;
- Decisômetro;
- Autoatendimento para advogados;
- Notificação de movimentações processuais;

Resultados:

Funcionalidades implantadas (ref.: janeiro de 2025):

- Consulta Processual;
- Consulta Jurisprudência;
- Abertura de Queixa nos Juizados Especiais;
- Melhoria da Queixa incorporando transcrição de áudio;
- Consulta aos contatos das unidades do TJPE;
- Consulta aos contatos da central de serviços de TIC;
- Consulta aos canais de atendimento da ouvidoria.

Além de ter oferecido mais um meio de acesso para serviços até então disponíveis apenas no portal institucional do Tribunal, merece destaque a funcionalidade de registro de queixa dos Juizados Especiais. Esse novo serviço possibilitou uma readequação da força de trabalho mobilizada para realizar atendimento presencial das partes, contribuindo para ampliação do acesso à justiça.

Instalação da Central de Atendimento Processual do 1º Grau - CAP1G

Descrição:

A Central de Atendimento² é um serviço voltado ao atendimento de procuradores, partes e interessados por meio de telefone e chat, acerca dos processos que tramitam nas Diretorias de Processamento Remoto do 1º Grau do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. Seu principal objetivo é melhorar o serviço prestado pelo Poder Judiciário, com um atendimento ágil, eficiente e instantâneo.

² Apresentação: <https://portal.tjpe.jus.br/web/central-de-atendimento-processual-do-1%C2%BA-grau>



Atualmente, são atendidos, exclusivamente, advogados e partes quanto aos processos que tramitem em todas as unidades judiciárias vinculadas às seguintes Diretorias de Processamento Remoto: Diretoria Estadual das Varas de Família, Registro Civil e Sucessões (DFAMS); Diretoria das Varas Cíveis e das Varas de Execução de Título Extrajudicial da Capital (DIRCIVET); Diretoria das Varas Cíveis da Região Metropolitana e do Interior (DCMI) e Diretoria Estadual das Varas de Execução Fiscal, Fazenda Pública e Acidentes de Trabalho (DEFFA).

Resultados:

De 24/maio a 30/novembro de 2024:

- SCGA 23.652 registros no Sistema de Controle e Gestão do Acervo;
- LIGAÇÕES TELEFÔNICAS: 26.921 chamadas recebidas com total de 130.790,40 minutos disponíveis ao público;
- Chat MIBEW iniciado em 17/09/24: 5.919 atendimentos com 2233,01 horas disponibilizadas ao público.

Iniciativas da Coordenadoria da Mulher

Por Elas e para Elas

Descrição:

O Programa “Por Elas e Para Elas”, instituído pela Resolução TJPE nº 13/2024 e vinculado à Coordenadoria Estadual da Mulher e à Comissão de Segurança e Integridade da Magistratura do TJPE, tem por objetivo estabelecer políticas, diretrizes e ações que contribuam para a implementação do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar praticada contra magistradas e servidoras do Tribunal de Justiça de Pernambuco (o termo “servidoras” deve ser aplicado em seu sentido amplo, a fim de abranger as estagiárias, terceirizadas, comissionadas e demais colaboradoras).

Resultados:

- Realização de Campanhas de mídias para todas as unidades jurisdicionais e espaços virtuais do TJPE;
- Atendimento as servidoras com orientação e acompanhamento da Comissão de Segurança Institucional;
- Rodas de diálogo realizadas com as terceirizadas para esclarecimento e dúvidas sobre a violência contra a mulher.

Projeto Recomeçar

Descrição:

O projeto se destina à promoção de ações que visam a ressocialização, com orientações que humanizam o cumprimento das penas para mulheres em privação de liberdade. Nesse sentido,



compõe uma agenda ampliada de direitos humanos e está em harmonia com a Resolução CNJ Nº 252/2018, que “estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres, mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências”.

A ação envolve uma atuação conjunta da Coordenadoria da Mulher, da Coordenadoria da Infância e Juventude, da Gerência/Vara de Penas Alternativas, da Secretaria Executiva de Ressocialização/SERES, da Fundação de Atendimento Socioeducativo/FUNASE e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE, com a finalidade de realizar ações, projetos e programas cuja intersecção favoreça uma formação cidadã para as mulheres e adolescentes em situação de prisão, considerando, no caso, quando se tratar da política institucional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Com a iniciativa, pretende-se impactar não apenas a vivência daquelas mulheres nas unidades prisionais, como também seus períodos pós-internação.

Além do cumprimento do objetivo geral de promover ações voltadas à ressocialização e à humanização do cumprimento das penas para mulheres em privação de liberdade, o projeto tem os seguintes objetivos específicos: colaborar para a garantia do acesso a bens de uso pessoal voltados aos cuidados de saúde e higiene; contribuir com o diagnóstico e construção de ações interseccionais das políticas de atendimento à mulher e à infância e adolescência; Implementar ações, projetos e programas voltados à educação profissional/complementar e formação cidadã de meninas e mulheres em privação de liberdade.

Resultados:

- Distribuição de cartilhas nas unidades prisionais;
 - Realização de palestras sobre temas diversos voltados ao fortalecimento da cidadania e resgate da autoestima, com distribuição de material informativo;
 - Ensaio fotográfico produzido pela fotógrafa Andréa Leal para mulheres gestantes e lactantes que se encontram em privação de liberdade³;
 - Suprimento material: Campanha de distribuição de kits básicos de higiene (creme dental, escova de dente, sabonete, desodorante, absorventes, etc.).
- Em 2023:
- Realização de cursos para 50 mulheres privadas de liberdade em empreendedorismo nas áreas de alimentos e bebidas em parceria com o SEBRAE/SENAC;
 - Realização de palestras sobre temas diversos voltados ao fortalecimento da cidadania e resgate da autoestima, com distribuição de material informativo.

Violência contra a Mulher: TODOS DIZEM NÃO! Essa é a regra do jogo.

Descrição:

A Campanha é uma parceria entre Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Federação Pernambucana de Futebol (FPF-PE), e tem como objetivo sensibilizar a população, em especial o público masculino que frequenta os estádios de futebol, pelo fim da violência contra a mulher.

³ Ensaio fotográfico: <https://retratosdemaee.andrealealfotografia.com>



O intuito da iniciativa é veicular, durante campeonatos de futebol de nível local e/ou nacional materiais informativos sobre a rede de atendimento e órgãos de denúncia, além de propagar mensagem educativa voltada à desconstrução de padrões violentos de masculinidade que se manifestam dentro e fora dos estádios, com ênfase no tratamento para com as mulheres. Essa parceria entre o TJPE e a FPF-PE não contempla repasse de recursos financeiros de um a outro partícipe, a qualquer título, devendo cada um dos partícipes arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições com recursos próprios.

Outros objetivos relacionados ao projeto são: promover a divulgação da Lei Maria da Penha, por meio de ações educativas e informativas nos estádios; estimular o respeito entre as pessoas, no intuito de evitar a discriminação de gênero e estereótipos negativos; promover uma cultura de paz em prol da construção de uma sociedade mais justa e livre de violência.

Resultados:

- Mulheres e homens sensibilizados sobre a violência de gênero contra a mulher, acessando os canais de atendimento e denúncia.
- Ampliação do acesso da sociedade a informações e alertas sobre a violência de gênero contra a mulher.
- Indicadores de resultados:
 - a. Aumento do número de boletins de ocorrência nas delegacias do Estado;
 - b. Aumento do número de processos com representação criminal de violência doméstica contra a mulher;
 - c. Aumento do número de atendimentos em órgãos da rede de atenção a mulher em situação de violência.
- Indicador de Impacto:
 - a. Sociedade sensibilizada não tolerando a violência de gênero contra a mulher.

Campanha: “SEM VIOLÊNCIA A MORADIA SE TORNA LEGAL”

Descrição:

Com o objetivo de fortalecer as mulheres beneficiadas pelo Programa Moradia Legal Pernambuco (PMLPE), voltado a concretizar a atuação da gestão na busca por igualdade social, a campanha “Sem violência a moradia se torna legal” tem como objetivo realizar uma sensibilização junto às mulheres beneficiadas, impulsionando o fortalecimento da liderança feminina chefe de família e do enfrentamento da violência de gênero.

A ação da campanha é executada no momento das entregas de títulos à população - em sua maioria composta de mulheres – quando é realizada a divulgação de uma iniciativa específica para o PMLPE denominada: “Sem Violência a Moradia se torna Legal”.

A iniciativa se concretiza com a realização de oficina temática, que propõe a reflexão sobre o direito à sua propriedade e sobre o rompimento do ciclo da violência entre as mulheres, além de disseminar o conhecimento sobre os órgãos de acolhimento no município e os órgãos de denúncia. Assim, contribui para o rompimento do ciclo da violência, contando ainda com a divulgação dos serviços da coordenadoria da mulher do TJPE e dos órgãos de denúncia.

Resultados:



- Sensibilização do público que recebeu títulos de propriedade em 2024 pelo programa “Moradia Legal” acerca do enfrentamento da violência contra a mulher, com abordagem dos temas de empoderamento feminino e enfrentamento da violência de gênero;
- Ampliação do acesso da sociedade a informações e alertas sobre a violência de gênero contra a mulher, bem como aos canais de atendimento e denúncia;
- Articulação de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres para que, como parceiros, divulguem os serviços de apoio e auxiliem na organização estrutural das oficinas Rodas de Diálogo;
- Fortalecimento, de forma articulada com a Corregedoria e seus parceiros, das linhas de intervenção do Programa Moradia Legal com o recorte de gênero e ampliação de mulheres beneficiadas para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher.

Iniciativas da Coordenadoria de Infância e Juventude

Programa Ciranda Conviver

Descrição:

O Ciranda Conviver é um programa com cinco eixos de ações estratégicas, com vistas a atender aos princípios de intervenção precoce e proteção integral à criança e adolescente em acolhimento familiar ou institucional.

1. Eixo Protetivo [Roda Criança Protegida]: ações de monitoramento dos acolhimentos e do andamento processual;
2. Eixo Familiar [Roda Buscando Famílias]: atuação em processos de adoções internacionais; busca ativa de pretendentes fora do SNA através das redes sociais;
3. Eixo Comunitário [Roda Apadrinhamento Cuidador]: ações para promoção e acompanhamento de apadrinhamentos;
4. Eixo Articulatório [Roda da Garantia de Direitos]: ações de fortalecimento do trabalho em rede intersetorial e interinstitucional;
5. Eixo Pedagógico [Roda Formando Protetores]: ações educativas para público interno e externo, relacionadas com acolhimento, apadrinhamento e adoção.

Resultados:

- Eixo Protetivo – acompanhamento da situação jurídica e familiar de 209 crianças/adolescentes acolhidos no estado de Pernambuco;
- Eixo Familiar – realização de 1 (uma) adoção internacional e realização da busca ativa fora do SNA (Redes sociais) para 85 crianças/adolescentes;
- Eixo comunitário – Realização de 04 apadrinhamentos (3 afetivos e 1 provedor) e acompanhamento dos realizados em 2023.;
- Eixo articulatório – Realização de 19 reuniões, Participação na 25ª Reunião da ACAF (MG), 05 visitas institucionais e execução de 3 Projetos com outras instituições;
- Eixo pedagógico – realização de 01 apresentação para estudantes de psicologia, de 03 oficinas com GEAD e SEE para estudantes e professores da rede estadual, elaboração de um material informativo.



Justiça também é coisa de criança

Descrição:

Iniciativa pioneira do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) que democratiza o acesso da primeira infância à justiça e amplia a visibilidade das pautas deste tema. Realizado pela primeira vez em agosto de 2024, ações e campanhas acontecem durante todo ano, e visitas a CIJ de alunas e alunos de escolas públicas e/ou privadas com idades entre 4 e 6 anos.

Resultados:

- Efetivação dos objetivos do Plano de Ação Estadual da Política Judiciária para a Primeira Infância do TJPE, com aproximação da sociedade civil do judiciário pernambucano na participação ativa de sujeitos de direitos na primeira infância;
- Impacto positivo na proposta de garantir vivências pedagógicas dos primeiros anos de vida para 20 crianças e 4 educadores, além de evidenciar o trabalho em coletivo dos servidores da infância e juventude.

Iniciativas da Coordenadoria da Família

Laços Fortes

Descrição:

O Programa busca informar e orientar as entidades que lidam com famílias em situação de separação conjugal, mostrando como implementar ações que proporcionem às crianças e adolescentes, assim como aos pais e mães, um ambiente familiar saudável. Trata-se de uma iniciativa conforme as recomendações do Conselho Nacional de Justiça constantes no relatório “Proteção da Criança na Dissolução da Sociedade Conjugal” (2021) com fins de contribuir na proteção da integridade biopsicossocial dos jovens afetados.

O projeto oferecerá capacitações presenciais e EAD para profissionais, abordando detecção de conflitos familiares, desdobramentos pedagógicos e psicossociais do divórcio, rede de proteção disponível e materiais educativos para crianças e cônjuges.

Resultados:

Lançado em dez/24, contou com grande receptividade da rede pública e privada de saúde, educação e áreas afins.

Conversa em Família

Descrição:

O objetivo desse projeto é fomentar reflexões sobre temas importantes que atravessam as relações familiares. Tem como alvo o público interno, especialmente servidores (as) e colaboradores (as). Previsão de ocorrer uma vez por mês em comarcas variadas.



Resultados:

Foram realizados 03 (três) encontros em 2024, que tiveram como principais resultados: a) sentimento de acolhimento, reconhecimento e valorização dos participantes; b) acesso a informações e orientações que não costumam receber; c) reflexões sobre o desenvolvimento de habilidades interpessoais na família.

Iniciativas do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (GMF)

Política do Poder Judiciário para pessoas Egressas do Sistema Prisional

Descrição:

O projeto se dedica à implementação de diretrizes e procedimentos previstos na Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, instituída pela Resolução CNJ nº 307/2019, e que tem o Escritório Social como estratégia central. Além disso, pretende atuar na expansão de Escritórios Sociais no estado de Pernambuco, com a interiorização e qualificação dos equipamentos e promover, por meio do diálogo entre Poder Judiciário e demais instituições, o acesso a serviços de referência e políticas públicas sociais diversas de saúde, educação, qualificação profissional, trabalho etc.

Resultados:

- Implantação de Escritório Social em Caruaru e em Olinda, fruto da parceria entre TJPE, CNJ, universidades e prefeituras municipais.
- Termos de Cooperação Técnica celebrados:
 - Escritório Social Caruaru;
 - Escritório Social Olinda.

Trabalho no Sistema Prisional

Descrição:

A iniciativa se desenvolve por meio da articulação de atores centrais para a implantação de uma ação estadual de fomento ao trabalho e renda para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. Entre as estratégias principais estão: a mobilização da iniciativa privada e da sociedade civil para fomentar políticas de empregabilidade; a regularização de cotas legais; a qualificação profissional e as iniciativas de inserção socioproductiva.

Resultados:

- Foi criado o Grupo Interinstitucional voltado à regularização de cotas legais, agendas legislativas e sustentabilidade dos Escritórios Sociais (formado por TJPE, TRF5, TRT, Seção da Justiça Federal de Pernambuco, MPT, MPF, MPPE, DPE, DPU, Superintendência do Trabalho e Patronato Penitenciário);



- Foram realizadas audiências públicas em 30/11/2023 e 11/09/2024 com instituições públicas, para ampliação de cotas de trabalho para pessoas egressas do sistema prisional nos contratos administrativos;
- Parceria com Escritório Social de Caruaru e SENAC para realização do Projeto “Corte e recomeço”, de qualificação profissional de mulheres egressas do sistema prisional, com recursos do Fundo Municipal de Políticas Penais de Caruaru.

Política Antimanicomial do Poder Judiciário

Descrição:

A ação é destinada a instituir a Política Antimanicomial do Poder Judiciário em Pernambuco, nos moldes da Resolução CNJ nº 487/2023 e da Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.

Desenvolvida em parceria com a Coordenadoria Criminal.

Resultados:

- Instituição do Comitê Estadual da Política Antimanicomial de Pernambuco;
- Elaboração do Plano de Ação para interdição total do CSP (já aprovado pelo CNJ).

Documentação civil para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional

Descrição:

Por meio da atuação de um Grupo de Trabalho (GT) específico, o projeto é dedicado à criação de fluxos para emissão de documentação civil (registro de nascimento, CPF, RG, Carteira de Trabalho, título de eleitor) para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

Desenvolvida em parceria com a Corregedoria do TJPE.

Resultados:

- Criação de GT para construção dos fluxos entre Receita Federal do Brasil, Secretaria de Administração Prisional e Ressocialização, Associação dos Registradores de Pessoas Naturais - ARPEN, Defensoria Pública, Tribunal Regional Eleitoral - TRE, Instituto de Identificação Tavares Buril - IITB etc.);
- Emissão de toda documentação civil faltante de todas as pessoas privadas de liberdade no Centro de Saúde Penitenciária - CSP.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Fortalecer as relações institucionais do judiciário com a sociedade

TJ para PE - Direto ao Direito

Descrição:

O programa consiste na produção e veiculação de pequenos vídeos com temas de interesse da população, sempre buscando uma linguagem simples, mas com bastante informação⁴.

A iniciativa abrange a elaboração e divulgação de vários vídeos para as redes sociais.

Resultados:

Na época da execução do projeto (agosto de 2023 a março de 2024), o Instagram, "X" e Facebook do TJPE contavam com 97 mil seguidores. Potencialmente, foi o público alcançado.

Sistema Falecom

Descrição:

O projeto se refere ao desenvolvimento de um sistema web para registro, acompanhamento e devolutiva de manifestação feita pelo cidadão(ã) que procura a Corregedoria Geral da Justiça. Tem por objetivo melhorar a comunicação e interação com o(a) cidadão(ã) que procura a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) para fazer denúncia, elogio, sugestão.

Resultados:

Em andamento.

Ambientes adaptados ao atendimento infantil

Descrição:

A iniciativa visa a atender a ampliação e o fortalecimento da estrutura judiciária de atendimento às crianças na primeira infância e suas famílias no âmbito do Poder Judiciário, como preconiza os princípios e diretrizes da Resolução N° 470/2022 e N° 585/2024 do Conselho Nacional de Justiça (e alterações). Além disso, pretende efetivar o Plano de Ação Estadual da Política Judiciária para a Primeira Infância do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a aquisição de mobiliário específico para readequação das estruturas de atendimento e prestação jurisdicional à primeira infância e suas famílias, em concordância as diretrizes da Política Judiciária Nacional pela Primeira Infância.

Resultados:

⁴ Notícia: https://portal.tjpe.jus.br/comunicacao/-/asset_publisher/ubhL04hQXv5n/content/tj-para-pe-direto-ao-direito-tjpe-lanca-ferramenta-de-comunicacao-para-aproximar-o-judiciario-da-populacao



- Acolhimento de qualidade no atendimento das famílias com crianças pequenas.
- Estruturação do atendimento de modo a oferecer espaços apropriados à participação processual de crianças, inclusive salas de espera acessíveis e de atendimento por equipe multidisciplinar, dentre outros recursos necessários, conforme Resolução CNJ, Nº 585 de 04/10/2024.

Ponto de Inclusão Digital (PID)

Descrição:

Instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) nas cidades, povoados, aldeias e distritos que não sejam sede de comarca ou de unidade física do Poder Judiciário, com o objetivo de promover o acesso aos vários ramos da Justiça, conforme resolução nº 508 do CNJ.

Etapas/Escopo:

- Etapa 1: Instalação de 2 PIDs (Brejão e Moreilândia).
- Etapa 2: Instalação de 1 PID (Betânia).
- Etapa 3: Instalação de 3 PIDs (Palmerina, Poção e Riacho das Almas)
- Etapa 4: 14 unidades até dez/2025.

Resultados:

- 6 PIDs instalados (+4 em localidades sede de Comarca):
 - Etapa 1: 2 PIDs instalados (Brejão e Moreilândia)
 - Etapa 2: 1 PID instalado (Betânia)
 - Etapa 3: 3 PIDs instalados (Palmerina, Poção e Riacho das Almas)
 - Etapa 4: A definir

Também foram instalados PIDs em Sertânia, Floresta*, Fernando de Noronha*, Águas Belas*, porém são localidades sede de comarca.

Autoatendimento Advogados

Descrição:

Os advogados poderão incluir pedidos de Conclusão, Agilização de Alvará e Habilitação de Advogados diretamente no sistema SCGA (Sistema de controle e gestão de atendimentos), sem a necessidade de ligar ou ir presencialmente na Unidade Judiciária, uma vez que bastará utilizar o aplicativo TJPE+ que as Diretorias receberão os pedidos e providenciarão o devido cumprimento.

Resultados:

Projeto em andamento.



Novo Portal da Transparência

Descrição:

O projeto visa a garantir o monitoramento contínuo e sistemático das ações, assegurando a conformidade com os requisitos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Além disso, busca estabelecer uma força-tarefa para padronizar os requisitos definidos por essas entidades, com o intuito de atender aos mais altos padrões de transparência e governança. O projeto também almeja conquistar o reconhecimento "Diamante" na ATRICON, destacando-se como o único órgão do Judiciário a alcançar a maior nota histórica nesta categoria.

Realizado ações de aprimoramento da comunicação e a acessibilidade das informações públicas, por meio da criação de um novo portal que agrega aproximadamente novos relatórios de consulta.

Resultados:

- 30 novos relatórios de consulta;
- Estabelecimento de fluxo de monitoramento sistemático;
- Índice de 99,67% no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ;
- Índice de 100% de transparência Pública segundo avaliação realizada pelo TCE-PE e ATRICON, sendo agraciado com o SELO DIAMANTE DE TRANSPARÊNCIA.

Iniciativas do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico

Implantação DJEN e Domicílio Judicial Eletrônico

Descrição:

A iniciativa foi motivada pela definição, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio Instrução Normativa Conjunta 03/2024, que a partir de 01 de junho de 2024 passaria a utilizar o Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN⁵) e o Domicílio Judicial Eletrônico⁶, disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para publicação dos atos de comunicação judicial.

O Domicílio Judicial Eletrônico é uma ferramenta que concentra num único local todas as comunicações de processos emitidas pelos tribunais brasileiros, sendo o acesso ao sistema uma forma de consulta simples e rápida, além de 100% digital e gratuita.

Essas plataformas disponibilizadas pelo CNJ visam à publicação dos atos judiciais e têm como público-alvo as partes processuais. Assim, não há previsão de cadastro de perfil de servidor ou de magistrado nelas, e o Domicílio Judicial Eletrônico funciona como uma caixa de entrada privativa para as partes cadastradas nele receberem comunicações sobre os atos judiciais proferidos nos processos. Já no Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), todos os atos nele publicados são acessíveis a qualquer cidadão, sem a necessidade de cadastro prévio.

⁵ Acesso ao DJEN: <https://comunica.pje.jus.br>

⁶ Acesso ao Domicílio Judicial Eletrônico: <https://domicilioeletronico.pdpj.jus.br>



Resultados:

Implantação realizada.

Integração PJe e Serviço de Informação e Automação Previdenciária - PrevJud

Descrição:

A iniciativa se refere à integração do Serviço de Informação e Automação Previdenciária - Prevjud ao Processo Judicial Eletrônico - PJe, por meio de publicação de um novo fluxo para os processos eletrônicos destinado ao acesso a informações previdenciárias e ao envio automatizado de ordens judiciais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Prevjud integra as bases de dados do INSS e do Judiciário e permite o acesso imediato a informações previdenciárias relacionadas ao processo, como o Dossiê Médico, o Dossiê Previdenciário e o Processo Administrativo Previdenciário (PAP). O serviço também possibilita o envio automático da ordem judicial em ações previdenciárias, agilizando a implementação do benefício. Com isso, o benefício pode ser implantado em poucos minutos no caso daqueles que já contam com automatização de concessão pelo INSS, como os benefícios assistenciais à pessoa com deficiência e idosa.

Resultados:

A iniciativa encontra-se em andamento.

Integração PJe e e-Carta

Descrição:

A iniciativa se refere à integração do e-Carta ao PJe. Com essa implantação, será possível que um documento (como citações e intimações) seja gerado e assinado pelo usuário do PJe, que o envia de forma automatizada para os Correios, que imprime, envelope e dá o tratamento para o destinatário final. O retorno do arquivo de resposta também ocorrerá diretamente no PJe. Assim, o usuário interno do sistema poderá conferir e registrar a ciência para eventual início da contagem de prazos processuais, dispensando a juntada manual.

O serviço e-Carta é uma solução desenvolvida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC).

Resultados:

A iniciativa encontra-se em andamento.



Iniciativas dos Juizados Especiais

Unificação normativa de Juizados Especiais para os países latino-americanos

Descrição:

O projeto objetiva construir uma Comissão Latino-americana para possibilitar a criação de uma legislação comum de Juizados Especiais aplicável para todos os países do Cone Sul. Para alcance desse objetivo, projeta-se os seguintes passos:

1. Firmar o protocolo de intenções para início das tratativas entre os países do Cone Sul;
2. Criação de uma Comissão latino-americana, a partir da indicação de representantes legais pelos países integrantes do Cone Sul;
3. Elaboração conjunta de normativo comum para os Juizados Especiais nos países Latino-americanos;
4. Acionamento do Ministério das Relações Exteriores e do Itamarati, para recepção da norma e tramitação de validação no ordenamento jurídico brasileiro.

Resultados:

- Formalização de Protocolo de Intenções nº 001/2023⁷, firmado em 22/06/2023, para cooperação técnica entre o TJPE e a Suprema Corte de Mendoza/Argentina;
- 1º Congresso Internacional de Pequenas Causas⁸, em Mendoza/AR, no período de 11 a 13/09/2024.

Nossa torcida é pela paz!

Descrição:

Projeto voltado a disseminar a paz nos estádios, divulgando a presença do Poder Público por meio do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor, a partir da exibição visual de *banner* por todo o campo durante o intervalo do jogo.

Resultados:

- Presença nos dois jogos da final do Campeonato Pernambucano de Futebol, na disputa entre os times Sport Clube do Recife e Clube Náutico Capibaribe (30/03 e 06/04/2024).⁹

⁷ Protocolo de Colaboração - íntegra:

<https://portal.tjpe.jus.br/documents/420025/3471424/Protocolo+de+Colabora%C3%A7%C3%A3o+-+Vers%C3%A3o+Portugu%C3%AAs+-21.06.2023.pdf/5206459c-4a59-6f5b-e95e-c687ab22f910>

⁸ Notícia: <https://tinyurl.com/mr2nbxus>

⁹ Notícia: https://portal.tjpe.jus.br/web/portal/-/juizado-do-torcedor-estara-presente-na-finalissima-do-campeonato-pernambucano-ideia-e-promover-a-paz?p_l_back_url=%2Fweb%2Fportal%2Fbusca%3Fp_l_bac



Iniciativas da Coordenadoria da Mulher

Dialogando sobre a Lei Maria da Penha nos espaços públicos

Descrição:

O projeto busca intensificar as ações preventivas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher, através de oficinas e palestras, e realizar a divulgação das campanhas, como “O Silêncio Não Protege”, nos espaços públicos.

Além disso, tem como objetivos específicos: realizar de rodas de diálogo e oficinas sobre a violência de gênero contra a mulher e a rede de atendimento em escolas, faculdades, órgãos municipais e estadual, além de SEBRAE, ONGs e outros; divulgar as campanhas correlatas nas mídias digitais dos shoppings de Pernambuco, aeroporto e CBTU durante as três Semanas da Justiça pela Paz em Casa; divulgar as campanhas nos Mercados e Feiras do Recife conforme calendário mensal; e divulgá-las também nos Cartórios de Pernambuco, com disponibilização de folders, cartazes e placas acrílicas.

Resultados:

- Realização de rodas de diálogo e palestras mensais;
- Inserções de mídia digital e rodas de diálogo como ações de sensibilização da sociedade durante a "Semana da Justiça pela Paz em Casa" promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo: 14 Inserções das campanhas de enfrentamento nas mídias, realizadas através do termo de cooperação técnica com a APESCE (Associação Pernambucana dos Shoppings Centers) estabelecendo parceria de mídias digitais com 14 shoppings do estado que veiculam as campanhas “O Silêncio Não Protege”, “Você não está Sozinha” e “Sinal Vermelho” nos estabelecimentos públicos e comerciais, além do aeroporto e CBTU.
- Realização de rodas de diálogo específicas com as mulheres atendidas pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- Divulgação da Campanha o “Silêncio Não Protege” para os frequentadores e comerciantes das feiras e mercados públicos do Recife. Com o termo de cooperação técnica com a CONVIVA (Autarquia pública que administra os Mercados e Feiras do Recife), foram realizadas 03 ações nos mercados públicos, em parceria com a Secretaria da Mulher do Recife.
- Divulgação da Campanha o “Silêncio Não Protege” nos cartórios, com fixação de cartazes e folders temáticos. Com o termo de cooperação técnica com a ANOREG (Associação dos Cartórios de Pernambuco), foram realizadas 02 entregas de materiais para os cartórios associados.

Mão EmPenhadas contra a Violência

Descrição:

O projeto Mãos EmPENHAdas contra a Violência é uma iniciativa da Coordenadoria da Mulher do TJMS e foi lançado em 2017.



O projeto objetiva instruir os profissionais de beleza e estética para identificar visualmente tipos de indícios de violência e orientar as clientes sobre as formas de acesso aos serviços da rede de enfrentamento e proteção à mulher. Sua concepção foi baseada na noção de que, no contexto desses serviços, várias clientes mostram sinais ou mesmo revelam estar inseridas em contextos de violência nas suas relações íntimas de afeto.

Diante do sucesso de ideia original do TJMS, em 2019 a Coordenadoria da Mulher de Pernambuco optou por replicar o projeto, adequando-o à realidade e aos parceiros locais. Então, formalizou a parceria com o Instituto Maria da Penha e com o Sindicato dos Empregadores de Salão de Beleza do Estado de Pernambuco.

Em Pernambuco, a iniciativa abrange as diferentes regiões e segue o modelo original, em que os profissionais recebem orientação para escuta e encaminhamento das mulheres aos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, de forma a contribuir, no exercício habitual de suas atividades profissionais, para a redução da violência contra a mulher.

Resultados:

- Participação com *stand* em duas feiras regionais de beleza (HairNor e Outlet da Beleza), com distribuição de materiais e divulgação do projeto, 2023 e 2024 no Outlet da Beleza;
- Sensibilização em turmas de formação de profissionais da beleza no Sindbeleza e no Moriá Centro de Treinamento. Quantitativo total: 240 profissionais em 2023 e 2024;
- Selo de Certificação em estabelecimentos que aderiram ao projeto - 20 Instituições em 2023 e 15 em 2024.

Iniciativas da Coordenadoria da Família

Família Cidadã: Conectando Direitos e Vínculos

Descrição:

A iniciativa visa a promover e incentivar o exercício pleno da cidadania por cada membro da família, com foco na superação do subregistro civil e na inclusão da paternidade nos registros.

Resultados:

1ª fase – foram realizadas 7 ações, ocorridas entre novembro de 2023 e março de 2024, totalizando o atendimento de 310 famílias. As ações tinham cunho educativo e preventivo, e possibilitou a aproximação do judiciário, facilitou o acesso das pessoas a informações e orientações de natureza jurídica e psicológica.

2ª fase: foram realizadas 4 ações, ocorridas entre agosto e novembro de 2024, totalizando o atendimento de 98 famílias. O projeto adotou um novo formato, concentrando-se na promoção do reconhecimento espontâneo de paternidade no registro civil. Foram oferecidos serviços como: exame de DNA para os genitores com dúvidas sobre a paternidade, além de orientações jurídicas a respeito de temas correlatos a área de família. O projeto passou a contar com o apoio das Corregedorias Geral e Extrajudicial do TJPE, da ARPEN-PE, da AAJUPE, e de universidades públicas e particulares.



CEFAM Integra

Descrição:

A iniciativa se propõe a integrar alunos de faculdades de psicologia, direito, serviço social e áreas correlatas sobre a prática judicial nas demandas de família do TJPE, para fins de complementar a formação teórica acadêmica com a vivência prática e, paralelamente, auxiliar os próprios alunos a conhecerem o funcionamento da justiça e, assim, exercerem seus direitos enquanto cidadãos.

Propostas:

- Integração entre teoria e prática: preparar os alunos para suas futuras carreiras, proporcionando uma experiência educacional relevante;
- Integração com Profissionais: fortalecimento das conexões entre alunos e profissionais do judiciário;
- Preparação para o Mercado de Trabalho: melhor preparação dos alunos para os desafios do setor jurídico;
- Contribuição para a Comunidade: melhoria do acesso à justiça através da difusão de informações sobre a área de família e as práticas jurisdicionais.

Resultados:

Foram realizados 15 encontros com Instituições de Ensino Superior nos anos de 2023 e 2024, proporcionando integração com a comunidade acadêmica e apresentando a prática profissional na realidade da esfera jurídica atinente à família.

Iniciativas do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (GMF)

Participação social na execução penal

Descrição:

A iniciativa tem como objetivo implantar e fortalecer os Conselhos da Comunidade na execução penal, compreendendo-os como importante mecanismo de participação social e de fiscalização da execução penal e de defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade. As estratégias passam pelo aprimoramento e difusão dos Conselhos, conforme a Resolução CNJ n. 488/2023.

Resultados:

- Implantação do Conselho da Comunidade da 3ª Vara de Execução Penal (Caruaru e região);
- Implantação do Conselho da Comunidade da 1ª Vara de Execução Penal;
- Implantação do Conselho da Comunidade do Recife (Vara de Execução Penal da Capital – VEPEC).



EIXO: PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Programa Justiça Pela Paz em Casa 2024

Descrição:

A Semana da Justiça pela Paz em Casa promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma iniciativa de caráter contínuo, nos termos da Resolução CNJ Nº 254/2018, e conta com a adesão de todos os Tribunais de Justiça do País. Trata-se de uma concentração de esforços para priorizar julgamentos referentes a casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, ampliando, assim, a efetividade na aplicação da Lei Maria.

Apresenta três edições a cada ano: a primeira em março, próximo ao Dia Internacional da Mulher (8 de março); a segunda no mês de agosto, devido à data de sanção da Lei Maria da Penha (7 de agosto); e a terceira em novembro, na semana em que se comemora o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro).

No período, a Coordenadoria da Mulher deflagra ampla campanha de mídias nos shoppings, aeroportos, estações metroviárias e mercados públicos, além de ações de sensibilização com as mulheres, oficinas, palestras, seminários.

Resultados:

- Aumento anual do número de processos com sentenças ou decisões de violência doméstica e familiar durante as 03 Semanas da Justiça pela Paz.
- Aumento anual da quantidade de despachos proferidos de violência doméstica e familiar durante as 03 Semanas da Justiça pela Paz.
- Quantidade de medidas protetivas concedidas de violência doméstica e familiar durante as 03 Semanas da Justiça pela Paz.

Ações realizadas com destaque:

- A abertura da primeira edição de 2024, com o tema: A relação entre o abandono de lares com a Violência Doméstica ao diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de abordagens dirigidas em mercados e feiras da capital.
- Divulgação de mídias das campanhas “O Silêncio Não Protege”, “Você não está sozinha” e “Sinal Vermelho” em diversos locais, incluindo 11 Shoppings do estado e aeroporto, e em parceria com Instituições como a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Associação Pernambucana de Shopping Centers (APESCE) - Protocolo de Cooperação Técnica com TJPE.
- Ações preventivas realizadas pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VVDPCM), por meio de audiências de acolhimento, palestras e rodas de diálogo e grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica.



NÚCLEO 4.0 SFH

Descrição:

O projeto visa a otimizar a estrutura de suporte às atividades do gabinete, com foco no monitoramento da produtividade e na extração de relatórios detalhados para avaliação contínua dos serviços prestados.

Através da implementação de centrais, Núcleos 4.0 e da iniciativa "Justiça Eficiente", buscou-se aprimorar o desempenho das equipes por meio do acompanhamento de indicadores chave de desempenho.

A iniciativa envolve ainda a atuação nos processos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) em cooperação com o TRF5.

Etapas/Escopo:

- Etapa 1: Estruturação e Instituição do Núcleo
- Etapa 2: Integração com TRF

Resultados:

Durante a execução, foram realizados 1298 atos em processos de tempos, 6969 atos relacionados ao SFH, e 13164 atos no âmbito da infância. Além disso, o projeto proporcionou a extração e análise de dados cruciais, incluindo o número de sentenças produzidas, contribuindo para a melhoria da eficiência dos processos judiciais e o aprimoramento contínuo dos serviços de apoio ao gabinete.

- Etapa 1: Concluída
- Etapa 2: Em andamento.

Integração entre sistemas PJe TJPE x TRF5 não concluída devido a questões técnicas. As remessas de processos se mantêm em envios de lotes de arquivos em PDFs de forma manual.

Semana de Autoinspeção 2024

Descrição:

A Semana de Autoinspeção é um instrumento concebido à luz da estratégia nacional do Poder Judiciário proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Alinhada ao Objetivo Estratégico, promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, busca desenvolver a cultura do procedimento de arquivamento dos processos mediante um monitoramento dirigido com a finalidade de redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias.

Etapas/Escopo:

1ª SEMANA DA AUTOINSPEÇÃO 2024:



Instituída através de Ato Conjunto nº 26, de 20 de junho de 2024, publicado no DJE de 21/06/2024.

Escopo (Entregas):

Impulsioneamento de 100% (cem por cento) dos processos que estejam conclusos no Gabinete e sentenciados há mais de 30 (trinta) dias, em especial os processos superantigos, visando reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida de Conhecimento - TCLC do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

- Fase 1 - Planejamento
- Fase 2 - Atos Preparatórios
- Fase 3 - Semana de Autoinspeção

2ª SEMANA DA AUTOINSPEÇÃO 2024:

Instituída através de Ato Conjunto nº 40, de 20 de setembro de 2024, publicado no DJE de 23/09/2024.

Escopo (Entregas):

Impulsioneamento de 100% (cem por cento) dos processos de conhecimento que estejam sentenciados há mais de 30 (trinta) dias e em tramitação há mais de 900 (novecentos) dias, visando reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida de Conhecimento (TCLC) do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

- Fase 1 - Planejamento
- Fase 2 - Atos Preparatórios
- Fase 3 - Semana de Autoinspeção

Resultados:

- 1ª SEMANA: 82% (18.287 dos 22.259 processos alvo foram impulsionados através de despachos, decisões ou sentenças).
- 2ª SEMANA: 25,61% (21.239 dos 82.938 processos alvo foram impulsionados através de baixas e arquivamentos definitivos, arquivamentos provisórios e suspensões) e 90,47% dos processos alvo foram movimentados. Diminuição de 1,82% na Taxa de Congestionamento Líquida de Conhecimento (TCLC) em relação à 1ª Semana da Autoinspeção 2024, realizada em julho.



Instalação da Central Judiciária de Processamento Remoto do 1º Grau (CENJUD)

Descrição:

O projeto objetiva instalar a Central Judiciária de Processamento Remoto do 1º grau e estruturar as Diretorias de Processamento Remoto do 1º grau Especializadas e Regionais que ainda não foram instaladas, em conformidade com a Res. 512/2023, de 22/12/2023.

Além disso, busca aprimorar a excelência do serviço prestado pelo TJPE no 1º Grau, alavancando a produtividade dos servidores no cumprimento dos atos cartorários, de uniformidade desses cumprimentos, de distribuição equitativa de servidores para todo o Estado por meio de apresentação de sugestão de modelo de coordenação, organização, direcionamento e planejamento de estruturação e expansão das Diretorias de Processamento Remoto.

A CENJUD tem como competência precípua coordenar o funcionamento das Diretorias de Processamento Remoto de 1º Grau, da Central de Atendimento Remoto do 1º Grau (CAP1G), da Central de Contadoria Remota e Núcleo de Revisores e Certificadores (NRC), utilizando ferramentas de gestão que estimulem a colaboração e o diálogo institucional, a racionalização de estrutura e insumos, a sistematização e padronização de tarefas e atividades e a disseminação de boas práticas em busca de melhor prestação jurisdicional e do bem-servir à sociedade.

Resultados:

- Central e Diretorias instaladas em 02/05/2024 (IN 08/2024);
- Reestruturação de 4 Diretorias de Processamento Remoto do 1º Grau;
- Criação de 5 Diretorias de Processamento Remoto do 1º Grau;
- Arquivamento definitivo de cerca de 542 mil processos, no período de 03/05 a 02/12/2024, o que corresponde a um aumento de 21,05% em relação ao ano anterior (2023), antes da criação da Cenjud;
- 5 novos Relatórios no TJPE Reports disponibilizados pela Setic a pedido da Cenjud;
- Gestão padronizada de processos;
- Celeridade processual;
- Especialização de servidores e setores.

Iniciativas da Coordenadoria de Governança e Gestão de Dados

GUTA

Descrição:

Implementação de um sistema de transmissão de mensagens via WhatsApp, com a 'persona' GUTA, foi criado o sistema de transmissão de mensagens para motivar as equipes para o alcance das metas e estratégias estabelecidas, fortalecendo o engajamento e o comprometimento de magistrados e servidores com os objetivos organizacionais.



O projeto objetiva garantir sinergia entre as estratégias das diversas unidades do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a estratégia de governança institucional, através de plataforma de comunicação WhatsApp, busca-se alinhar as informações e novidades gerais do TJPE com as unidades específicas, promovendo a integração e o fluxo contínuo de informações relevantes.

Resultados:

Total de 54 postagens, 905 pessoas cadastradas (entre magistrados e servidores).

Programa de Qualificação de Dados (CENJUD)

Descrição:

O projeto objetiva garantir a correção dos dados na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), especificamente no que diz respeito à qualificação dos dados de Polo Ativo e Polo Passivo de processos judiciais, em consonância com a Portaria nº 353/2023 do CNJ e a Resolução nº 331/2020. O projeto tem como meta atingir 95% de correção nos dados de Polo Ativo e Polo Passivo das Unidades Judiciárias, visando ao reconhecimento da qualidade dos dados pelo CNJ no âmbito do Prêmio CNJ de Qualidade - Eixo Dados e Tecnologia.

O projeto teve como foco a qualificação dos dados de 236 processos de Polo Ativo e 4.709 processos de Polo Passivo nas Unidades Judiciárias do TJPE, conforme os critérios estabelecidos pela Portaria nº 353/2023 do CNJ. A atividade envolveu a identificação e correção das inconsistências, com a mobilização de 100 servidores para realizar a tarefa dentro do curto prazo de 15 dias. Foram usadas ferramentas como o TJPE reports para complementar as correções e garantir que os dados estivessem corretos, atingindo os 95% de qualificação exigidos. Além disso, a equipe enfrentou desafios como a impossibilidade de localizar CPFs ou CNPJs e a necessidade de soluções excepcionais para lidar com processos antigos e arquivados.

Resultados:

- Polo Ativo: qualificação de 261 processos de 18 unidades judiciárias, os quais passaram a estar classificados como “sem inconsistências de Polo Ativo”.
- Polo Passivo: 94 Unidades passaram a alcançar os 95% de correção. No total, foram analisados mais de 6.200 processos, com a consulta a sistemas como Infodip/Infojud para a identificação do CPF. Contudo, cerca de 1.659 processos não puderam ser corrigidos devido à inexistência ou insuficiência de dados.
- A equipe demonstrou grande comprometimento e dedicação para atingir os resultados esperados dentro do prazo, com a exclusividade da atuação do Núcleo de Revisores e Certificadores para essa tarefa, exceto em casos urgentes.



CGJ em ação

Descrição:

Iniciativa realizada pela Governança de Dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em parceria com a Corregedoria e com o apoio da equipe de inspeção. O projeto levou às unidades judiciárias do Tribunal de Justiça de Pernambuco temas de relevância que contribuíram para celeridade e melhoria da qualidade da prestação jurisdicional. As edições do CGJ em Ação enfatizaram o aperfeiçoamento da gestão de dados pelas unidades jurisdicionais, por meio de metodologias ativas de aprendizagem. Temas explorados: Tabelas Processuais Unificadas – TPUs, Índice de Atendimento à Demanda - IAD, Metas Nacionais do Poder Judiciário, Bônus de Desempenho Jurisdicional (BDJ), Plataforma de Inspeção CGJ/PE, Sistemas de Dados - Sicor, TJPE Reports, DataJud. 1ª EDIÇÃO 2024 – 13 TURMAS - Unidades do 1º Grau de Jurisdição de Maio a agosto de 2024.

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de dados e o monitoramento das metas pelas unidades jurisdicionais, por meio da melhoria no desempenho do uso dos sistemas operacionais de dados (TJPE Reports, Sicor, DataJud); Desenvolver o potencial de aprendizagem institucional; Aperfeiçoar a produção de dados quantitativos de produtividade.

Resultados:

- 413 magistrados (as) participantes;
- 502 assessores (as) participantes;
- 500 unidades atendidos.

Núcleo 4.0 IAG

Descrição:

Trata-se de mutirão de juízes para, a partir de prévia capacitação perante a Escola Judicial, sentenciarem processos afetos à Meta 2, utilizando da tecnologia da Inteligência Artificial Generativa (IAG). Foram identificados aproximadamente 4.000 processos judiciais alvo para saneamento em até 60 dias.

Resultados:

Na primeira etapa do projeto, foram remetidos ao Gabinete Virtual para saneamento de aproximadamente 4mil processos identificados como "pendentes de Meta 2 conclusos para sentença".

De 12/2024 a 01/2025 foram movimentados 966 processos, sendo proferidas 593 sentenças, 320 despachos e 53 decisões.



Iniciativas dos Juizados Especiais

Mutirão de Antecipação de Audiências - 2024

Descrição:

O Mutirão para Antecipação das Audiências em Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Estado tem o objetivo de reduzir o tempo médio entre a autuação do processo e a realização da audiência, trazendo celeridade processual e contribuindo para o saneamento das Unidades Judiciárias durante a realização da 2ª Semana Estadual de Conciliação¹⁰. A iniciativa também contribui para reduzir o volume de processos acumulados na tarefa de “realização de audiências” e o tempo médio de tramitação do processo entre a autuação e a realização da audiência.

Resultados:

Mutirão instalado por meio do Ato Conjunto nº 14/2024-DJe 26/04/2024:

- Nos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo da Capital de Paulista - 117 processos com audiências realizadas, dos quais 104 seguiram para sentença e 13 retornaram para outras diligências da Secretaria. Volume de R\$ 72.281,14 em acordos.
- Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública da Capital – 228 processos, dos quais 52 foram conciliados e geraram um volume de acordo de R\$ 244.499,18.
- No Juizado Especial Criminal de Jaboatão – das 430 audiências designadas, foram realizadas 160 audiências, dentre as quais foi possível realizar 68 acordos e o valor total de Prestação Pecuniária de R\$ 1.100,00.

Mutirão Eletrônico de Sentenças - 2024

Descrição:

O Mutirão de Sentenças tem a finalidade de auxiliar as Unidades Judiciárias com maior ‘gargalo’ no gabinete a atingirem as Metas 1 e 2 do Conselho Nacional e Justiça, além de auxiliar na diminuição do acervo concluso para sentenças. Esse auxílio é direcionado aos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo ou Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Resultados:

Ato nº 682/2024 (DJe 22/04/2024) - Juizados auxiliados:

3º JEFP da Capital; 1º JECRC de Olinda; 2º JECRC de Jaboatão - foram sentenciados 1080 processos.

Ato nº 787/2024 (DJe 13/05/2024) - Juizados auxiliados:

¹⁰ Dados da 2ª Semana Estadual de Conciliação: <https://portal.tjpe.jus.br/documents/d/juizados-especiais/2-semana-estadual-de-conciliacao-pdf>



8º JECRC da Capital; 2º JECRC de Olinda; 1º JECRC de Jaboatão; 2º JECRC de Paulista - foram sentenciados 1081 processos.

Ato nº 1166/2024 (DJe 23/08/2024) - Juizados auxiliados:

4º JEPF da Capital; 11º JECRC da Capital; 21º JECRC da Capital; 2º JECRC de Olinda; JECRC de Camaragibe – até 31/12/2024 foram sentenciados 1389 processos.

Iniciativas da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ)

AGILPRO - Agilização Processual

Descrição:

A ferramenta auxilia na gestão de pedidos de agilização de processos de títulos extrajudiciais.

Através do AGILPRO, o(a) advogado(a) pode solicitar a agilização do processo, em que atue na vara, diretamente de seu celular ou pelo computador, sendo o pedido recepcionado de imediato pelo juiz e servidores(as) em painel disponível a todos da secretaria.

Resultados:

Ferramenta disponibilizada, com melhoria na comunicação e interação com advogados.

JEREMIAS – Atendimento automatizado das demandas da CENJUD

Descrição:

O projeto se trata do desenvolvimento de um robô para cadastramento nas solicitações de lotação de servidores nos sistemas do CNJ a pedido da CENJUD.

Resultados:

Concluído, gerando menor tempo de atendimento no cadastramento das solicitações e menor incidência de erros operacionais.

Iniciativas da Coordenadoria Criminal

Mês estadual do Júri

Descrição:

A iniciativa foi realizada no mês de maio de 2024 e reuniu esforços de todos os magistrados, magistradas e servidores para realizar pauta de julgamento de processos de crimes dolosos contra a vida.



Resultados:

- 32 sessões plenárias realizadas, de 526 designadas.

Mês nacional do Júri

Descrição:

A iniciativa foi realizada no mês de maio de 2024 e reuniu esforços de todos os magistrados, magistradas e servidores para realizar pauta de julgamento de processos de crimes dolosos contra a vida.

Resultados:

- 542 sessões plenárias realizadas, de 636 designadas.
- Índice de êxito das sessões superior a 85%.

Iniciativas do Laboratório IDEIAS

Bastião

Descrição:

O projeto Bastião¹¹ consiste no desenvolvimento de uma interface de Inteligência Artificial (IA) que visa à automatização na identificação das demandas abusivas a partir do recebimento da petição inicial, fornecendo relatórios, informações estruturadas, além de uma rede social interna para troca de mensagens e documentos, alertas e expedições de comunicação, de forma a possibilitar o acompanhamento e a gestão das demandas predatórias de forma mais célere e diferenciada. Produto vencedor da JESPIAM 2022 (maratona de inovação do TJPE voltadas ao ecossistema dos Juizados Especiais de Pernambuco).

A ferramenta emite alertas quanto ao nível de potencialidade predatória, permite a classificação das demandas em predatórias ou de massa, emite relatório sobre demandas semelhantes quantificando-os, identifica documentos reutilizados em diversas ações, identifica o advogado ou grupo de advogados que assinam a inicial, permite troca de informações e documentos entre magistrados e expede ofícios de forma automatizada aos Centros de Inteligência, Núcleos de Monitoramentos do Perfil de Demandas, às Corregedorias, à OAB, ao Ministério Público.

Quanto aos usuários, a solução serve a: Poder Judiciário (servidores, magistrados e gestores judiciais); OAB, na medida em que ajuda a combater a advocacia predatória; e à sociedade, haja vista a contribuição para a redução do tempo de tramitação dos processos ajuizados.

Benefícios: A implementação do Bastião pretende contribuir com a celeridade e eficiência na triagem das iniciais de forma que possam ser rapidamente identificadas, processadas e julgadas.

¹¹ Notícia: <https://tinyurl.com/3bwjm7x4>



Destaca-se que o projeto se conecta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9 e 16, além de atender à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (CNJ), especificamente o macrodesafio "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária". Também contribui para atendimento da Resolução Nº 349 de 23/10/2020 (Dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário) e contribui para os serviços desenvolvidos nos Núcleo de Monitoramentos do Perfil de Demandas, vinculado à CGJ-TJPE.

Resultados:

Aumento significativo na identificação de demandas abusivas, contribuindo também para a impulsionar (cerca de 100 a 700x) mais produtividade com uso do Bastião.

Laura

Descrição:

O projeto¹² surgiu a partir de uma solução criada pelo servidor do TJPE Jonas Paixão, que desenvolveu, em planilhas do Excel, uma calculadora para facilitar o trabalho da unidade judiciária. Identificado que o problema era comum a outras unidades do TJPE e tribunais do Brasil, a demanda chegou ao Laboratório de Inovação do IDEIAS, levando à criação do projeto DECOLA Cálculos e Custas para uniformizar os cálculos judiciais.

A justificativa baseia-se na falta de controle das custas judiciais, evidenciada no TJPE e em outros tribunais, como TJRR e TJPB, gerando riscos de perda de arrecadação. Após encontros entre os tribunais em 2023 e 2024, foram iniciadas ações conjuntas. O TJPE desenvolve os módulos de cálculos judiciais Cíveis, Criminais e Fazendários; o TJPB, o Módulo de Sucessões; e o TJRR, o Módulo de Cálculos de Indenizações por Acidente de Trabalho. Além do desenvolvimento, os tribunais negociam a integração do sistema Laura à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), em conformidade com a Portaria CNJ n. 47/2024, visando futura implementação nacional.

Resultados:

Número de processos movimentados/calculados em 7 meses. 43373 processos. Um total de 60,59 milhões.

Iniciativas do Comitê Gestor dos Executivos Fiscais

Programa RESOLVE EXECUÇÃO FISCAL

Descrição:

Trata-se da implementação do Fluxo Nacional Automatizado Resolve EF, que visa a:

¹² Notícia: <https://tinyurl.com/22z4p9ba>



- 1) Uniformizar procedimentos em execuções fiscais em âmbito nacional;
- 2) Agilizar a tramitação processual, utilizando padrões predefinidos para a gestão dos casos; e
- 3) Integrar tecnologias e sistemas para reduzir custos e aumentar a eficiência.

Resultados:

Em 2024 foram implantadas, no PJE, as três tarefas abaixo relacionadas:

- 1) 0146304: [1º grau] [NovoEF] - Processos presos na Tarefa [EF] Selecionar Central de Mandados - Fluxo de Suspensão do Artigo 40.

Os processos que estavam seguindo para o fluxo de Suspensão do Artigo 40, mas tinham algum problema para intimar a fazenda (via sistema) estavam sendo encaminhados de forma paralela para intimar via Central de Mandados. Os processos estavam "presos" até o usuário selecionar uma Cemando e enviar e a DEF precisava cancelar esse envio.

Portanto, o fluxo foi reestruturado para o processo seguir para uma tarefa chamada "[EF] Verificar partes sem expediente automático", que indica a parte que não se conseguiu comunicar. Nessa tarefa ficou disponível a opção de "Tentar novamente", para que o usuário possa usar a retificação de processos.

Quanto aos processos que estavam seguindo para seleção da Central de Mandados, foi colocado um "frame" para que o usuário possa fechar o expediente e uma transição para que se possa cancelar, sem enviar para a Central de Mandados.

- 2) 0146521: [1º grau] [NovoEF] - Expedientes não assinados na Suspensão artigo 40.

Na análise de processos "presos", aguardando escolha de Central de mandados, foi identificado um problema na assinatura que estava sendo causada pela estrutura do método de juntarDocumento. Entendemos que pós-implantação do Domicílio eletrônico, o erro foi sanado para os novos processos.

- 3) 0146520: [1º grau] [NovoEF] - Liberar Tipos de documento sem movimento vinculado - Assinatura automática.

Os tipos de documento que são assinados de forma automática no fluxo precisam que não sejam associados movimentos que exijam complemento, caso contrário não é possível a assinatura automática. Dessa forma foi feito um levantamento desses tipos de documentos e criados documentos específicos com mesmo código CNJ, sem sair do padrão do CNJ, mas que não estejam disponíveis a nenhum papel do sistema (serão usados apenas pelo fluxo automaticamente).



Programa OTIMIZA TJPE

Descrição:

Trata-se de Cooperação para conferir maior racionalização e eficiência no tratamento de execuções fiscais de baixo valor, mediante desenvolvimento de estratégias para uma implementação estruturada da Resolução CNJ n. 547/2024 pelo TJPE.

Resultados:

Foram firmadas parcerias, por meio de Atos de Cooperação Judiciária Interinstitucional, com Procuradorias Municipais e Estaduais, incluindo o Governo do Estado de Pernambuco e os Municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista e Camaragibe, contando também com a participação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, permitindo:

1. Melhor fluxo de informações entre órgãos públicos;
2. Redução do tempo de tramitação em ações fiscais; e
3. Desenvolvimento de projetos piloto para soluções criativas em execuções fiscais.

Estabelecido fluxo de Arquivamento e extinção das Execuções Fiscais de baixo valor pela ausência do interesse de agir, conforme IS Conjunta n. 01/2024.

No que se refere ao impacto do projeto nos indicadores processuais, os dados estão sendo levantados no momento.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Prevenir litígios e adotar de soluções consensuais para os conflitos

Iniciativas do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)

Justiça Itinerante: Conciliação e Cidadania

Descrição:

O objetivo da Justiça Itinerante é aproximar os serviços de conciliação e mediação oferecidos pelo NUPEMEC dos jurisdicionados, especialmente das populações mais vulneráveis, reduzindo custos com transporte e o tempo de deslocamento até os fóruns. Além disso, o programa promove a disseminação dos métodos autocompositivos, incentivando sua utilização para a resolução de conflitos de forma eficaz e sem a necessidade de ajuizamento de novos processos, contribuindo diretamente para a redução do volume de ações judiciais.

As ações ocorrem em um ônibus adaptado com três salas de conciliação e um gabinete de Magistrado, coordenadas pelo Núcleo de Conciliação. As audiências são agendadas previamente com líderes comunitários e instituições, identificando conflitos locais para traçar estratégias específicas. Essa abordagem melhora os resultados em cidadania e aumenta o número de acordos. Os acordos são enviados aos Cejuscs para homologação. No ônibus, são resolvidos conflitos como divórcio, dissolução de união estável, reconhecimento de união estável, regulamentação de pensão alimentícia, revisional de alimentos, regulamentação de guarda e visitação, reconhecimento de paternidade espontânea, conflitos de vizinhança, além de oferecer serviços de saúde e ação social em parceria com instituições públicas e privadas.

É uma iniciativa permanente, estruturada para atuar de forma contínua com base em um cronograma anual.

Resultados:

Em 2024 foram realizadas 23 (vinte e três) ações, entre capital, região metropolitana e interior do estado de Pernambuco, com a participação da unidade móvel.

Semana Estadual da Conciliação

Descrição:

A Semana Estadual da Conciliação é um esforço concentrado do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Pernambuco para conciliar o maior número possível de processos em todo o Estado. A edição do ano de 2024 aconteceu no período de 06 a 10 de maio. As unidades judiciárias realizaram audiências de conciliação e mediação de processos judiciais e de reclamações pré-processuais (demandas espontâneas). Além disso, as Unidades do Núcleo de Conciliação - NUPEMEC realizaram ações e serviços de cidadania em diversos segmentos. Um problema muito recorrente nos tribunais estaduais é o grande congestionamento de processos. O objetivo da Semana Estadual de Conciliação é estimular e disseminar as formas autocompositivas



de resolução de conflitos e viabilizar um maior número de processos conciliados e solucionados no TJPE, reduzindo assim o acervo processual.

Resultados:

- Agendamentos: 12.232
- Realizações: 7.278
- Acordos efetivados: 4.157
- Percentual de acordos: 57,12%
- Valores homologados: R\$ 31.599.493,10

Semana Nacional de Conciliação

Descrição:

A Semana Nacional da Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco e demais Tribunais do país, no ano de 2024 foi realizada de 04 a 08 de novembro. Trata-se de uma campanha anual para incentivar a cultura da conciliação. Durante a Semana Nacional da Conciliação, o Núcleo de Conciliação - Nupemec concentra esforços para solucionar o maior número possível de conflitos, por meio de acordo entre as partes, com intuito de minorar um problema muito recorrente no judiciário brasileiro que é o grande congestionamento processual.

Resultados:

- Agendamentos: 12.085
- Realizações: 8.199
- Acordos efetivados: 4.159
- Percentual de acordos: 50,73%
- Valores homologados: R\$ 38.790.528,96.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Consolidar os Sistemas de Precedentes Obrigatórios

Sistematização de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) e IAC (Incidente de Assunção Repetitiva) no TJPE

Descrição:

Normatizado por arcabouço diverso no âmbito do TJPE (Resoluções CNJ 235/2016; 347/2020, 444/2022; artigos 926, 927, 976, 979, 981, 987, e outros, do CPC/2015; atos normativos TJPE), este projeto visa sistematizar o macroprocesso organizacional relativo aos IRDRs e IACs, estimulando e aculturando para sua utilização, mediante padronização de procedimentos, otimização de sua aplicação, implantando mecanismos de controle e gestão, que contribuam para atingimento da melhor prestação jurisdicional à sociedade. Ele está aderente ao Plano Estratégico 2021-2026 e metas CNJ através do mapeamento e gerenciamento dos indicadores de Tempo médio (TM) - Entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese; Tempo médio (TM) - Entre afetação / admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR; Tempo médio (TM) - Entre a afetação / admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IAC.

Resultados:

Estabelecimento de mecanismos para monitorar o processo e acompanhar continuamente seu desempenho por meio de um fluxo processual padronizado



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Promover a Sustentabilidade

Contratações Sustentáveis

Descrição:

De forma integrada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) 2024, o projeto consiste em desenvolver uma cartilha orientativa para fomentar contratações sustentáveis no TJPE, alinhadas à legislação vigente e às melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Esse material servirá como guia para gestores e servidores, promovendo compras e contratações que minimizem impactos ambientais e incentivem a responsabilidade social.

Resultados:

Como a cartilha foi publicada em dezembro, ainda não se pode mensurar os resultados alcançados, mas espera-se ter maior adesão a critérios de sustentabilidade nas contratações, com melhor sensibilização e capacitação dos gestores e servidores, para reduzir o impacto ambiental das aquisições públicas, além de fortalecer a transparência e responsabilidade socioambiental na administração. A cartilha servirá como referência institucional para futuras contratações sustentáveis.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE / PLS 2024

Descrição:

O Plano de Logística Sustentável (PLS)¹³ visa ao aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Resultados:

- IMPLS - Índice de Metas Alcançadas no PLS:
 - 76 METAS – Aguardando dados do item Energia (4 metas):
 - Parcial: 66% metas alcançadas/superadas (50 metas/indicadores);
 - 29% metas não alcançadas (22 metas/indicadores).

¹³ PLS: https://portal.tjpe.jus.br/documents/d/transparencia/pls_pjpe_ano2024-pdf-pdf



- IIPLS – Índice de Implantação das Ações Definidas no PLS:
 - (147 ações; 78% ações consideradas implantadas (123 ações);
 - 22% ações consideradas não implantadas (34 ações);
- IDS – Índice de Desempenho de Sustentabilidade:
 - 2024 (ainda não apurado).



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal

Saneamento do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões - BNMP

Descrição:

A ação é desenvolvida por um Grupo de Trabalho criado em 2022 – segue em andamento – voltado a reduzir a disparidade entre os dados prisionais dos sistemas SIAP e BNMP, por meio da confecção de Alvarás de Soltura, Mandados de Prisão, unificações de Registro Judiciário Individual (RJI), abertura de chamados perante o CNJ.

A metodologia evoluiu para incluir intervenções diretas e uma coordenação centralizada, para resultar em uma melhora significativa na precisão dos dados prisionais.

Resultados:

- Mais de 1.352 peças foram elaboradas para corrigir as inconsistências encontradas;
- Redução do índice de inconsistências do sistema de 06,65% para 01,01%.
- Diminuição significativa das duplicidades de Registro Judiciário Individual (RJI) para a mesma pessoa, unificando com base nas informações obtidas do painel do BI do CNJ;
- Adequação de mandados cumpridos à Vara correta, modificando a competência da peça;
- Inativação de usuários já falecidos que ainda estavam ativos no sistema, emitindo a certidão de extinção de punibilidade por morte;
- Adequação dos procurados que estavam registrados como presos provisórios, mas que no andamento processual e em pesquisa ao SIAP constava sua liberdade.

Implantação do BNMP 3.0

Descrição:

Projeto destinado à implantação do BNMP 3.0 no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Etapas/Escopo:

- ETAPA 1 (implantação):
 - E1.1 Implantação do BNMP3: realizada em 13/08;
 - E1.2 Capacitação do CNJ (encontros virtuais): realizada entre 02 e 06/09;
 - E1.3 Webinar TJPE para público externo.
- ETAPA 2 (integração com sistemas):
 - E2.1 PJe;
 - E.2.2 Demais sistemas.

Resultados:



- ETAPA 1 (implantação): em fase de conclusão
 - E1.1 Implantação do BNMP3: concluída
 - E1.2 Capacitação do CNJ (encontros virtuais): concluída
 - E1.3 Webinário TJPE para público externo: concluída
- ETAPA 2 (integração): não iniciada

Implantação da Plataforma Socioeducativa (PSE)

Descrição:

Implantação da Plataforma Socioeducativa (PSE), software com o objetivo de auxiliar a gestão dos processos de medidas socioeducativas, desenvolvido de forma conjugada, no âmbito do Programa Fazendo Justiça, visando o cumprimento do disposto no artigo 11-B, da Resolução CNJ nº 77 de 26/05/2009. Além disso, tem por finalidade a centralização e padronização das informações de âmbito socioeducativo.

A PSE substitui o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL) e funcionará de forma integrada com o Processo Judicial eletrônico (PJe). No primeiro estágio, integra-se à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) pelo módulo de Processo Judicial eletrônico (PJe), o que permite o acompanhamento e o gerenciamento das ações ligadas às medidas socioeducativas, tanto de meio aberto como de internação, sob responsabilidade de cada juiz, vara, cidade ou estado.

No TJPE, foi instituído um comitê responsável pela plataforma por meio da Portaria Nº 123, de 22 de novembro de 2024.

Etapas/Escopo:

- E1. Planejamento Estratégico
- E2. Pré-Operacional:
 - Pactuação do Plano de Trabalho com o Tribunal Pactuação do cronograma
 - Capacitação: preparação Revisão do Roteiro de Capacitação
 - Comunicação: preparação e divulgação Revisão do Roteiro de Capacitação
 - Implantação: preparação
- E3. Operacional
 - Capacitação: efetivação
 - Implantação: efetivação
- E4. Pós-Operacional
 - Capacitação: suporte
 - Comunicação: suporte
 - Implantação: suporte

Resultados:

- E1: Concluída;
- E2: em andamento.



Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

Descrição:

A iniciativa objetiva aprimorar a eficiência e a gestão da execução penal no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), com foco no correto uso e alimentação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), em conformidade com as exigências da Portaria nº 353/2023 do CNJ. Além disso, almeja reduzir os incidentes de progressão de regime de pena vencidos, garantindo que os processos de execução penal estejam adequadamente atualizados e com movimentações precisas no SEEU. Por fim, espera-se ainda contribuir para a obtenção do Prêmio CNJ de Qualidade, por meio da adoção de práticas necessárias na gestão da execução penal.

Gerada em atendimento às demandas do Prêmio CNJ de Qualidade no eixo de Produtividade, no que concerne à redução dos incidentes de progressão de regime de pena vencidos no Sistema SEEU, essa iniciativa é orientada ao cumprimento dos critérios da Portaria nº 353/2023 do CNJ (notadamente no art. 10, inc. XV), tendo demandado o apoio das servidoras Ana Karina G. Maia e Lidiane C. B. Rodrigues, especialistas na área, para atuar no saneamento dos dados do SEEU, visando eliminar incidentes de progressão de regime com vencimento registrado no sistema. As servidoras foram habilitadas no SEEU, com perfil adequado para análise e atuação em todos os processos executórios do estado de Pernambuco, entre os dias 29 e 31 de julho de 2024.

Resultados:

A atuação da equipe de trabalho resultou na redução de mais de 93% dos incidentes de progressão de regime vencidos no SEEU, com o número de incidentes caindo de 679 para 102 em apenas um mês (de junho para julho de 2024). Esse progresso foi documentado e refletido no painel do CNJ, demonstrando a eficácia da atuação em um curto espaço de tempo. A continuidade das atividades dessa equipe é considerada essencial para manter a qualidade do saneamento processual e a precisão dos dados no SEEU, cumprindo as exigências do CNJ.

Iniciativas dos Juizados Especiais

Mutirão de revisão de autuação nos processos criminais - 2024

Descrição:

A ação se concretiza por meio de mutirão para redução do acúmulo de processos na tarefa de "revisão criminal", de modo a evitar a ocorrência de prescrição dos processos e contribuir para celeridade na tramitação processual, reduzindo o tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento.

Resultados:



- Período de 26/01 a 02/02/2024, no JECRIM de Garanhuns: revisão de 130 processos criminais;
- Período de 26/02 a 05/04/2024, revisão de 672 processos, sendo:
 - 163 processos revisados no 1º JECRIM da Capital
 - 94 processos revisados no 2º JECRIM da Capital
 - 152 processos revisados no 3º JECRIM da Capital
 - 112 processos revisados no 4º JECRIM da Capital
 - 151 processos revisados no JECRCCRIM do Torcedor
- Período de 28/05 a 17/06/2024, no JECRIM de Caruaru: 286 processos revisados.

Juizados Especiais Itinerantes Para Grandes Eventos - 2024

Descrição:

Instalação de Juizado Especial Itinerante durante os eventos com grande fluxo de pessoas e em parceria com outros órgãos, com o fim de atuar nos delitos de menor potencial ofensivo e nas questões cíveis de menor complexidade. A prestação jurisdicional imediata nos Grandes Eventos leva a presença do Poder Público para coibir a consumação dos crimes de menor potencial ofensivo, além de prestar o serviço jurisdicional de forma totalmente célere, permitindo que o trajeto da distribuição até a sentença ocorra no mesmo dia.

Resultados:

- JUIZADO DO FOLIÃO: Ato nº 315/2024 (DJe 05/02/2024) instalado no dia 10/02/2024, durante o desfile do Bloco atuação em dois pólos (Thomaz de Aquino e Estação Central do Metrô), não houve ocorrências registradas neste plantão.
- JUIZADO DO FRIO: Ato nº 1014/2024 (DJe 04/07/2024), instalado no Centro Cultural Alfredo Leite, com atuação durante o Festival de Inverno do Município de Garanhuns (FIG). Foi registrada uma ocorrência de relação de consumo, a qual foi resolvida com o acordo entre as partes.
- JUIZADO DO FORRÓ: Ato nº 813/2024 (DJe 20/05/2024) instalado no Espaço Cultural Tancredo Neves, durante os finais de semana do mês de junho/2024, onde foram recebidas 15 ocorrências com o seguinte resultado: 2 arquivamentos; 1 renúncia; 1 composição civil; 8 Transação Penal com prestação pecuniária e 3 Transação Penal com prestação de serviço.
- JUIZADO DO VERÃO: Edital nº 08/2024, Ato nº 1603/2024 e 1620/2024, instalado em 04 Comarcas (Ipojuca, Itamaracá, São José da Coroa Grande e Tamandaré), atuação nos dias 28 a 30 de dezembro de 2024 com 02 ocorrências, sendo 01 arquivada e outra realizada a composição civil.
Na efetivação de Transação Penal e Conciliação, os processos são homologados por sentença, finalizando a tramitação na fase de conhecimento.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária

CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL

Descrição:

Ampliação e modernização da conciliação pré-processual, com o fim de adequar à nova realidade digital. Esse projeto objetiva: 1. Estudar possibilidades de novos métodos de conciliação pré-processual, por meio de projetos piloto; 2. Estudar a viabilidade da inclusão do pré-processual no TJPE+; 3. Readequar a normativa interna.

Resultados:

- Instalação do projeto piloto com a Claro S.A., na utilização de totem de conciliação no dia 07/03/2024¹⁴.

Programa de Saneamento de Inconsistências Processuais

Descrição:

O projeto visa a sanear a base de dados das unidades judiciais do TJPE, diminuindo as inconsistências nos registros processuais por meio da devida qualificação de dados, nos moldes preconizados pelo CNJ (Resolução CNJ n.º 331/2020), garantindo a qualidade e a integridade dos dados no Datajud, com foco no saneamento, qualificação e manutenção contínua das informações. Além disso, objetiva diminuir o percentual de inconsistências processuais para níveis mínimos, tendo como referência as TPUs do CNJ, bem como estabelecer uma cultura de qualificação de dados por parte dos servidores e magistrados por meio de capacitações.

Foi desenvolvido e implementado um conjunto de *scripts* de qualificação de dados, visando a correção e padronização dos registros. Além disso, o projeto buscou garantir que todas as unidades judiciárias cumpram a obrigatoriedade de manter seus dados hígidos, em conformidade com a Portaria n.º 114 de 11 de setembro de 2024, para que possam ser reconhecidas e premiadas no âmbito do Prêmio Gestão e Eficiência.

A capacitação de magistrados, servidores e público externo foi uma das frentes do projeto, com a implementação de treinamentos específicos para o preenchimento correto e eficiente dos dados no PJe, especialmente no que diz respeito a campos críticos como classes, assuntos, movimento e documentos. Dessa forma, o projeto visa melhorar a eficiência do sistema judiciário, promover a transparência, reduzir erros operacionais e assegurar o uso de dados de

¹⁴ Notícia: https://portal.tjpe.jus.br/web/portal/-/tjpe-instala-totem-de-conciliacao-da-empresa-claro-na-central-dos-juizados-especiais?p_l_back_url=%2Fweb%2Fportal%2Fbusca%3Fq%3Dtotem%2Bda%2Bclaro



alta qualidade para a tomada de decisões, com impacto direto na premiação e reconhecimento de boas práticas.

Resultados:

Em 2024 o TJPE realizou diversas ações de higienização da base de dados, seja instando as unidades judiciárias para sanear as próprias inconsistências, seja atuando diretamente no saneamento dos processos de forma manual ou por ações via *scripts*. Foram realizados aproximadamente 35 *scripts* de correção da base de dados, boa parte concentrado na inclusão de movimentos corretos das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) nos processos e na correção de classes e assuntos. Destaca-se, ainda, a realização de correções nas classes/assuntos de processos insertos nas Metas 8, 10 e 11 de 2024, o que possibilitou a elevação do cumprimento das referidas Metas, haja vista que diversos processos saíram do alvo com a devida retificação.

Iniciativas da Presidência do TJPE

Sistema de Gestão da Presidência - GEPRO

Descrição:

O projeto tem a finalidade de fornecer indicadores para a gestão do acervo, incluindo processos pendentes de julgamento, quantitativo de processos conclusos e conclusos críticos, além de dados acumulativos sobre casos novos, pendentes, baixados e a taxa de congestionamento do ano corrente.

Entregas planejadas: atualização do Glossário do CNJ; melhoria nas telas de ranking; disponibilização do formulário com respostas objetivas durante a visita do CNJ a este tribunal.

Resultados:

O sistema GEPRO permitiu a aplicação prática dos pontos, assuntos e conceitos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) utilizando o acervo do cartório. Por meio de telas gráficas e filtros interativos, as unidades judiciais passaram a acompanhar de forma mais eficiente o cumprimento de cada meta estabelecida pelo CNJ.

CADPREST – Sistema de Gestão e Acompanhamento das Prestações Pecuniárias

Descrição:

O projeto do Sistema de auxílio à gestão das Prestações Pecuniárias pela CGJ e Presidência tem a finalidade de monitorar a gestão e destinação de valores provenientes das prestações pecuniárias decorrentes de condenação criminal.



Entregas planejadas: mapeamento dos requisitos, desenvolvimento, entrega e suporte ao sistema.

Resultados:

Melhor acompanhamento das prestações pecuniárias, hoje realizadas de forma manual pela Corregedoria Geral da Justiça.

Iniciativas da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ)

ADMetas - Acompanhamento de processos administrativos e metas da CGJ

Descrição:

O objetivo é garantir de forma mais rápida e acessível os dados para que os setores que integram a Corregedoria possam definir um plano de ação e fazer a gestão dos procedimentos com foco no cumprimento das metas.

O Sistema compila dados referentes às metas próprias da Corregedoria, assim como apresenta o andamento de procedimentos em tramitação no órgão estabelecendo objetivos para o andamento dos processos disciplinares e definindo prioridades e linhas de atuação nos cinco segmentos da Justiça, na busca pela melhoria da prestação jurisdicional.

- A ferramenta pode ser acessada por todos os servidores (as) e magistrados (as) da CGJ¹⁵.

Resultados:

Ferramenta disponibilizada, com maior transparência e maior visibilidade no acompanhamento dos processos administrativos e metas da CGJ e CNJ.

Sistema Ínterim - Auditoria de Inspeção

Descrição:

- O projeto do Sistema Ínterim¹⁶ foi concebido para registro e acompanhamento da arrecadação e desempenho dos interinos das serventias extrajudiciais.

Resultados:

Concluído, com melhoria no acompanhamento e desempenho dos Interinos das serventias extrajudiciais.

¹⁵ Portal (acesso interno): <https://www.tjpe.jus.br/admetas/login>

¹⁶ Sistema Ínterim: <https://portal.tjpe.jus.br/web/corregedoria/%C3%ADnterim>



Gestão e Controle de Documentos Expedidos pela CGJ

Descrição:

Projeto desenvolvido com recursos internos e destinado registro e controle dos Ofícios e documentos expedidos pela CGJ.

Resultados:

Concluído, com melhoria na gestão dos documentos e eficiência na localização das informações.

Corregedoria em Ação: Conhecendo os dados para atingir as metas

Descrição:

A iniciativa se destina à qualificação de magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no tocante ao uso dos sistemas utilizados na atividade judicante; e ao aprimoramento das habilidades para utilização dos sistemas de monitoramento e ferramentas de gestão, para aprimoramento da prestação jurisdicional e atendimento das metas e dos indicadores estabelecidos aos Tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Resultados:

Cerca de 1000 (mil) magistrados(as) e servidores(as) lotados nas unidades judiciárias de 1º grau e nas Diretorias de Processamento Remoto foram capacitados. Foram realizados 14 (catorze) encontros, contemplando os polos de Recife, Caruaru, Serra Talhada, Petrolina e Garanhuns, abrangendo mais de 500 unidades judiciárias e de apoio administrativo.

Implementação do Centro Especializado de Acolhimento a Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAVida)

Descrição:

O Centro Especializado de Acolhimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAVida) é o primeiro Centro Especializado de Atenção de Apoio às Vítimas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), criado no ano de 2022 por meio da Portaria de número 19 de julho 2022, em cumprimento às Resolução nº 470/22 do TJPE, Resolução nº 253/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Resolução nº 386/2021 do CNJ. Instalado em abril do ano de 2023, nas dependências Do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CEAVida).

O CEAVida tem como objetivo apoiar a presidência do TJPE na implementação da Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais. Suas ações abrangem cinco eixos:

1. **Acolhimento a Vítimas:** oferece suporte a vítimas diretas e indiretas, especialmente em processos nas varas especializadas da capital, com escuta qualificada, orientação sobre o Sistema de Justiça e encaminhamento para serviços da Rede.



2. **Gestão de Ações Multidisciplinares:** coordena grupos de trabalho para integrar fluxos de atendimento às vítimas.
3. **Mobilização e Articulação de Rede:** estabelece parcerias para efetivar a política de apoio.
4. **Educação para Direitos:** promove ações educativas para o público interno e externo, em parceria com a ESMAPE.
5. **Comunicação e Divulgação:** planeja e executa estratégias de comunicação em parceria com a ASCOM.

Resultados:

Desde sua inauguração em 03 de abril de 2023 até 27 de janeiro de 2024, o CEAVIDA realizou 484 acolhimentos a vítimas diretas e indiretas, de forma presencial e remota.

Foram promovidas rodas de diálogo com segmentos diversos, envolvendo desde alunos da Universidade Católica de Pernambuco e da UNIBRA, até magistrados do TJPE e oficiais de justiça da Central de Mandados do CICA, e abordando temas como a Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas e a construção de fluxos de acolhimento.

O CEAVIDA articulou-se com o IMIP/PE para pactuação de fluxos de encaminhamento de vítimas e com o NAV/MPPE para discussão de casos de acolhimento integrado. Houve também intercâmbio com o CEAVIDA/TJDFT para troca de experiências.

A equipe colaborou na Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua de Crianças e Adolescentes do Recife e geriu ações intrassetoriais para a construção de procedimentos uniformizados de acolhimento a vítimas no TJPE, resultando na versão preliminar da Cartilha de Acolhimento e na proposta de fluxo integrado do CICA.

Dentre as ações interinstitucionais, destacam-se a minuta de Termo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública de Pernambuco e o CENDHEC. Foi elaborada proposta de curso para magistrados sobre a Política de Atenção e Apoio às Vítimas, aprovada pela ENFAM.

Profissionais do CEAVIDA participaram de cursos e seminários, incluindo docência em temas como equidade racial e combate ao racismo, além de palestras sobre serviços de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência. Houve também ações de divulgação da política institucional em parceria com a ASCOM/TJPE.

Iniciativas da Secretaria de Infraestrutura e Obras (SIOB)

Construção do novo Fórum de Tamandaré

Descrição:

O Fórum Dr. Clemenceau Dutra de Almeida Lyra, localizado na Avenida José Bezerra Sobrinho, lote 01, Bairro Campas, Tamandaré, conta com 703,53 metros quadrados de área construída,



incluindo em sua estrutura: salas da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE), Distribuição, Ministério Público (MPPE), de amamentação, Salão do Júri - com 43 lugares -, Sala dos Jurados, Sala das Testemunhas/Reconhecimento, duas salas de Custódia, duas salas técnicas e a Vara Única.

Resultados:

Obra concluída, com o fórum inaugurado no dia 18/01/2024.

Iniciativas da Secretaria de Administração (SAD)

Padronização dos Documentos de Licitação

Descrição:

O projeto se destina à padronização dos documentos relativos ao processo licitatório, visando à celeridade e à segurança nos fluxos documentais, além de permitir tanto aos usuários internos e externos a prática de atos mais seguros e com tramitação mais célere e objetiva nos processos licitatórios. Também garante que as contratações, decorrentes dos processos licitatórios, atinjam a maior vantagem possível.

Resultados:

- Atualmente o site da SAD já conta com alguns modelos de Termos de Referência (TR), Estudo Técnico Preliminares (ETP) e Documentos de Formalização de Demandas (DFD), mas ainda necessita ampliar a construção dos modelos. Os modelos já aprovados estão disponíveis para consulta pública no portal da SAD (TR e ETP)¹⁷.
- Os DFD estão disponíveis como documentos padrão do SEI, facilitando a abertura adequada dos processos eletrônicos.

Transparência SAD

Descrição:

A iniciativa se destina a disponibilizar para a sociedade em geral, bem como para o público interno, acesso aos contratos e convênios formalizados pelo TJPE, através de processo simples de consulta no Portal da Transparência, bem como criação de aba no site do TJPE, para tratar de assuntos pertinentes à Secretaria de Administração, publicizar os setores, notícias e realizações.

Resultados:

¹⁷ Portal: <https://portal.tjpe.jus.br/web/secretaria-de-administracao/modelos-dedocumentos-para-fins-de-contrata%C3%A7%C3%A3o1>



- Melhor atendimento ao princípio constitucional da Publicidade dos atos/contratos da Administração Pública para toda a sociedade, bem como às exigências dos órgãos de controle interno e externo, a exemplo da Governança do TJPE, Conselho Nacional de Justiça/CNJ e Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco/TCE-PE.
- Portal de Transparência atualizado, com todos os instrumentos contratuais desde 2017.
- Criação de novo campo de pesquisa para consulta pública, o que permitiu o atendimento integral dos requisitos de avaliação de controle externo.

Projeto Norma + “Padronização e Eficiência na Administração”

Descrição:

Para melhor atender aos princípios constitucionais da boa administração pública, bem como às exigências dos órgãos de controle externo, essa iniciativa de padronização foi alçada ao patamar de prioridade pela SAD/TJPE, tendo em vista a necessidade de normatizar algumas temáticas, a fim de garantir transparência, celeridade e segurança jurídica, tanto para o público interno como para a sociedade em geral. Ademais, a normatização permite que todos os atores envolvidos no processo de contratação possam prever e ajustar sua atuação, na busca de melhores resultados. As temáticas inicialmente trabalhadas serão: Diretrizes para Licitações e Contratos no TJPE; Planejamento Anual das Contratações (PAC); Diretrizes sobre contratos de locação de imóveis.

Resultados:

- As minutas das normas internas para as temáticas acima indicadas foram encaminhadas para análise da Presidência do TJPE;
- Em 28/11/2024, foi aprovada a IN 045/2024, que dispõe sobre Plano Anual de Contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE), e está disponível para consulta na página da SAD 18.
- A partir da normatização do PAC, vários resultados são alcançados, visto que, ao planejar suas contratações, o Tribunal investe em economia de recursos, desenvolve uma visão macro de suas necessidades de contratação, democratiza o processo de contratação, garantindo a todos os setores do TJPE a possibilidade de indicar suas necessidades, além de publicizar para a sociedade, em especial para as empresas interessadas, o panorama de contratações futuras, permitindo que se preparem para as demandas. Destacamos que as normativas acerca de Licitações e Contratos e Locações, estão aguardando análise.

¹⁸ Portal: <https://portal.tjpe.jus.br/web/secretaria-de-administracao/legislacao>



Dia D – Planejamento de Contratações

Descrição:

O projeto tem como objetivo aprimorar o planejamento das contratações no TJPE, garantindo maior eficiência, transparência e alinhamento com as necessidades institucionais. A iniciativa faz parte do Plano Anual de Contratações, publicado em 2024, e busca capacitar todos os gestores de contratos, promovendo boas práticas e otimizando processos. O primeiro planejamento acontecerá em fevereiro de 2025.

Resultados:

Como o primeiro dia de planejamento acontecerá em 2025, espera-se alcançar maior precisão e aderência do Plano Anual de Contratações às necessidades institucionais. Também visa redução de contratações emergenciais, uso de suprimentos e retrabalho nos processos licitatórios, através do aperfeiçoamento das competências dos gestores de contratos. Espera-se alcançar melhoria na eficiência e transparência das contratações no TJPE.

Projeto IA na Padronização de Termos de Referência (TRs) e Editais de Licitação

Descrição:

O projeto tem como objetivo utilizar Inteligência Artificial (IA) para padronizar Termos de Referência (TRs) e editais de licitação, garantindo maior eficiência, conformidade e qualidade nos documentos, com a criação de *templates* padronizados com base em boas práticas e normativas e treinamento e capacitação da equipe para uso da ferramenta.

Resultados:

- Comissão formada para acompanhar a implementação, discutir melhorias e garantir alinhamento estratégico. Atas de reuniões registram as deliberações e avanços do projeto. Espera-se redução de erros e inconsistências nos documentos, maior agilidade na elaboração e revisão de TRs e editais, aumento da conformidade com a legislação vigente, otimização do tempo da equipe e redução de retrabalho.



Agregação de Comarcas

Descrição:

A iniciativa tem por objeto a agregação das comarcas de 1ª Entrância do Estado, cuja distribuição processual seja inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos novos, no último triênio, nos termos estabelecidos pelo art. 9º da Resolução n. 184, de 06 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Etapas/Escopo:

- Etapa 1: (13 comarcas)
- Etapa 2: (4 comarcas) E1. Riacho das Almas, E2. Poção, E3. Custódia, E4. Terra Nova
- Etapa 3: (3 comarcas) E1. Tacaratu, E2. Ferreiros, E3: Angelim
- Etapa 4 : Iati, Capoeiras, Sairé, Verdejante e Sta.Ma Cambucá
- Etapa 5: a definir

Resultados:

20 Comarcas agregadas:

- Etapa 1: (13 comarcas)
- Etapa 2: (4 comarcas)
- Etapa 3: (3 comarcas)

Criação e Instalação da Diretoria Dos Juizados Especiais

Descrição:

O projeto tem por iniciativa a criação e a instalação da Diretoria dos Juizados Especiais possibilitando a unificação da estrutura de secretaria para padronizar as práticas cartorárias, unificar os procedimentos e aumentar a produtividade, levando, consequentemente, à uma celeridade dos processos em tramitação nos Juizados Especiais.

Etapas/Escopo:

- E1. Normativo
- E2. Processo de Trabalho
- E3. Capacitações
- E4. Obras, Reformas e Instalações
- E5. Implantação

Resultados:



Diretoria instalada.

Digitalização do acervo físico

Descrição:

Digitalização e Migração de todo o acervo Cível e Criminal para o PJe (407.003 processos físicos - dados de Dez/2021).

Etapas/Escopo:

- E1. Digitalização e Migração do acervo físico do 1o grau
- E2. Digitalização e Migração do acervo físico do 2o grau

Resultados:

- Acervo eletrônico: 99,86%
- Acervo total migrado (2020-2024): 448.972
- Acervo migrado em 2024-2025: 78.931 (até 31/01/2025)
- E1: 1o grau: 51.307
- E2: 2o grau: 28.240

Instalação da 7ª e 8ª Câmaras Cíveis do 2º Grau

Descrição:

Projeto direcionado à instalação da 7ª e 8ª a Câmaras Cíveis do 2º Grau.

Etapas/Escopo:

- E1. Normatização
- E2. Configurações e Cadastros no PJe
- E3. Comunicação
- E4. Transferência de Acervo
- E5. Configurações dos sistemas satélites

Resultados:

7ª e 8ª a Câmaras Cíveis do 2º Grau instaladas.



Instalação e transformação de varas do 1º Grau

Descrição:

Projeto direcionado à instalação e transformação de unidades judiciais do 1º Grau.
Etapas/Escopo:

Etapas 1: Transformação de 4 unidades de Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VVDM) da Capital (Res. 548/2024):

- 20ª V. Criminal da Capital em 2ª V. de Medidas Protetivas de Urgência no âmbito da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- 1ª V. de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em 1ª V. de Medidas Protetivas de Urgência no âmbito da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- 2ª V. de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em 2ª V. de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- 3ª V. de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em 1ª V. de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Etapas 2: Transformação de 3 unidades da 2ª Entrância (Res.550/2024):

- 2ª V. Família e Registro Civil da Comarca do Cabo de Santo Agostinho em Vara Regional do Tribunal do Júri do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com sede no Cabo de Santo Agostinho;
- 2ª V. Família da Comarca de Vitória de Santo Antão em 6ª V. Cível da Comarca de Caruaru;
- 4ª V. Cível da Comarca de Igarassu em 8ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Resultados:

Etapas 1: 4 unidades da VVDM da Capital transformadas.

Etapas 2 – em andamento: 1 unidade da 2ª Entrância transformada.



EIXO: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas

Integra SGP

Descrição:

O Integra SGP tem por finalidade a promoção de uma cultura organizacional que motive a integração dos (as) servidores(as) do Poder Judiciário Estadual, por meio da valorização de um conjunto de princípios e diretrizes que orientam as práticas em gestão de pessoas, com vistas à obtenção de resultados almejados pela instituição e pela sociedade. A ação corporativa de modelo expositivo-didático, com a apresentação de palestra por profissional(is) especializado(s) da referida área do conhecimento.

O Integra SGP proporciona ganhos consideráveis ao seu público-alvo. Para a instituição, alguns dos benefícios são: a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos (as) colaboradores (as) e o desenvolvimento de uma cultura organizacional que valoriza o engajamento e a integração, oportunizando, assim, o fortalecimento das equipes e a excelência no serviço público.

Resultados:

- Quantitativo: Na primeira edição do Integra SGP (2024) foram 172 servidores participantes na modalidade presencial.
- Qualitativo:
 - a. Aumento do engajamento e comunicação entre os (as) colaboradores (as) participantes;
 - b. Maior integração entre as unidades de trabalho do TJPE;
 - c. Melhora do clima organizacional;
 - d. Elevação da satisfação, do bem-estar e do comprometimento no trabalho;
 - e. Elevação da eficiência na prestação jurisdicional à sociedade pernambucana/público externo.

Programa de Aperfeiçoamento e Gestão Integrada de Resultados - PROAGIR

Descrição:

O Programa de Aperfeiçoamento e Gestão Integrada de Resultados – PROAGIR, tem por objetivo promover a capacitação e desenvolvimento das servidoras e servidores que atuam no escopo da Central Judiciária de Processamento Remoto do 1º Grau – CENJUD, Diretorias de Processamento Remoto e unidades judiciárias integrantes, proporcionando melhoria nos resultados de produtividade, esclarecimentos dos papéis organizacionais e práticas de gestão de qualidade.



Resultados:

2024: foram ofertadas 6 capacitações, com 293 vagas e 245 servidores capacitados.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança (SIGAC)

Descrição:

O Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança (SIGAC) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) visa a estruturar e controlar toda a gestão de recursos financeiros arrecadados pelo tribunal.

Resultados:

Até 31/01/2025 foram entregues os módulos de:

- Restituição de custas e taxas pagas indevidamente;
- Certidão de Débito;
- Intimação de devedores através do serviço E-carta.

As próximas entregas previstas para o ano de 2025 são:

- Geração de guias para recolhimento de custas e taxas;
- Parcelamento de débitos;
- Protesto de devedores (integração aos cartórios).

As partes e advogados já contam com o novo serviço de solicitação de restituição de valores pagos indevidamente, o que trouxe padronização e mais agilidade no processo. Está prevista para o próximo mês de março de 2025 a entrega do módulo de protesto junto aos cartórios. Essa funcionalidade deve contribuir para um aumento na arrecadação do tribunal.

Sistema de Controle de Depósitos Judiciais - SISCONDJ

Descrição:

O projeto, cuja implantação se deu por meio de Acordo de Cooperação para utilização do SISCONDJ, do Banco do Brasil, visa a possibilitar a automação do processamento de ordens judiciais, precatórios e requisições de pequenos valores - RPV, compreendendo os serviços de emissão de guias de acolhimento de depósitos judiciais, consultas de saldos e extratos e de informações gerenciais e levantamento de contas e ou parcelas de depósitos judiciais e emissão de alvará eletrônico e seu pagamento via pix.

Etapas/Escopo:

- E1: Planejamento
- E2: Homologação do Sistema
- E3: Implantação do Sistema
- E4: Treinamento de unidade piloto



- E5: Normatização do uso do Sistema
- E6: Capacitação usuários geral
- E7: Pós-implantação

Resultados:

- E1: Concluída
- E2: Concluída
- E3: Concluída
- E4: Concluída
- E5: Concluída
- E6: Concluída
- E7: Em andamento



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Fortalecer a estratégia nacional de TIC e a proteção de dados

Funcionalidade de Queixas Orais no app TJPE+

Descrição:

Projeto em conjunto com a Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação – SETIC do TJPE para viabilizar à população a distribuição de Queixas Orais aos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo por meio do app TJPE+, sem necessidade de atendimento presencial, dando autonomia ao cidadão para criar sua demanda diretamente de seu celular.

Resultados:

- Funcionalidade criada e lançada ao público durante a Semana Nacional dos Juizados Especiais¹⁹;
- *Upgrade* na funcionalidade para permitir que a população possa registrar as queixas descrevendo os fatos por meio de áudio²⁰.

Sistema de Gerenciamento do Acervo - SIGA

Descrição:

O SIGA - Sistema de Gerenciamento do Acervo do 1º Grau - é um *dashboard*, atualizado diariamente, desenvolvido pela CENJUD por meio da ferramenta Power BI da Microsoft, que proporciona fácil visualização e análise de grandes volumes de dados, gerando informações relevantes, a fim de auxiliar a tomada de decisão e proporcionar melhor diagnóstico para a criação de estratégias que busquem o aprimoramento do serviço oferecido à sociedade.

Os dados são consolidados em um painel com métricas e indicadores, de forma clara e organizada, em uma única tela (versão pública que consta na página da Cenjud). Qualquer servidor com login e senha consegue visualizar uma versão mais completa da ferramenta. Além das informações sobre as Diretorias, também é possível verificar o gerenciamento do acervo da CenJud, Contadoria, Revisores e SCGA.

Resultados:

- Análise de todo o acervo do 1º grau (PJe);
- Fácil visualização de grandes volumes de dados, sendo possível identificar pontos cruciais (positivos e negativos) para que sejam tomadas as decisões de forma mais rápida e assertiva;
- Agilidade na tomada de decisão por meio da fácil visualização das informações.

¹⁹ Notícia: https://portal.tjpe.jus.br/web/portal/-/registro-de-queixas-nos-juizados-especiais-ficara-mais-facil-com-nova-funcionalidade-do-app-tjpe-?p_l_back_url=%2Fweb%2Fportal%2Fbusca%3Fq%3Dqu

²⁰ Notícia: https://portal.tjpe.jus.br/comunicacao/-/asset_publisher/ubhL04hQXv5n/content/aplicativo-tjpe-passa-a-contar-com-funcionalidade-que-permite-envio-de-audio-no-registro-de-queixas-saiba-como



Iniciativas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC)

Migração do PJe para nuvem

Descrição:

Em 2024, a SETIC migrou o Processo Judicial Eletrônico (PJe) para infraestrutura tecnológica de nuvem. Essa mudança representa um avanço significativo na modernização e na eficiência da infraestrutura tecnológica do Processo Judicial Eletrônico - PJe, melhorando o desempenho e a estabilidade do sistema.

Resultados:

- Redução de horas de indisponibilidade do PJe em quase 17x;
- Implantação de recursos diversos de segurança disponíveis no provedor de nuvem;
- Aprimoramento da gestão e do controle dos recursos de infraestrutura alocados;
- Aprimoramento do monitoramento e gestão dos custos financeiros mensais;

Reestruturação da plataforma de dados

Descrição:

Trata-se de projeto de reformulação de toda a infraestrutura de dados do TJPE, a fim de atender o grande volume de demanda de dados. Para tanto, foi realizada a aquisição e implantação de uma ferramenta mais moderna e capaz de responder à demanda de forma eficaz e eficiente, e a nova arquitetura de dados foi elaborada. O projeto novo BI do TJPE iniciou em julho de 2024 e está em plena execução para entrega dos primeiros fluxos em 2025.

Resultados:

Situação em 31/01/2025:

- Foi concluída a aquisição da solução tecnológica, bem como contratação de serviços especializados para migração de dados e treinamento dos colaboradores envolvidos no projeto;
- Foi concluída a instalação de toda a infraestrutura da nova plataforma tecnológica em ambiente de nuvem;
- Realização de capacitações técnicas para a equipe formada por servidores e terceirizados;
- Implementação das primeiras cargas e transformação de dados, com foco na produtividade de magistrados;
- Foram observados ganhos significativos no tempo de processamento das primeiras cargas entregues, reduzindo para 20 minutos a carga de dados correspondente a dois anos de atividade jurisdicional.
- Os primeiros painéis de dados relativos à produtividade de magistrados estão previstos para serem entregues até o final de fevereiro/2025.